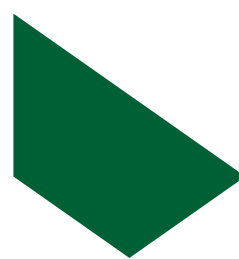


COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



O Presidente da República

convenção
nacional
DA **SAÚDE**



Agenda para
a Década



convenção nacional DA SAÚDE

Unidos pela Saúde dos portugueses

Por um Sistema de Saúde geral e universal, adequado às necessidades dos cidadãos, eficiente, sustentável e participado, focado nos ganhos em saúde para os cidadãos, com profissionais motivados e serviços de excelência, apresentamos a necessária

Agenda para a Década

convenção
nacional 
DA **SAÚDE**

Saúde

Agenda para a Década

Dar passos maiores no sentido de um verdadeiro Pacto de Saúde, <i>Marcelo Rebelo de Sousa</i>	6
Por um Sistema de Saúde geral e universal, <i>Miguel Guimarães</i>	8
Construir pontes, estabelecer consensos, <i>Eurico Castro Alves</i>	10
O SNS tem sido um poderoso instrumento de coesão social, <i>Adalberto Campos Fernandes</i>	12
A Saúde não é um custo, é um investimento, <i>Maria de Belém Roseira</i>	14
Unidos pela Saúde dos Portugueses	29
Agenda para a Década	34
Público. Privado. Social: A complementaridade do Sistema de Saúde como um ganho para o Utente	35
A Revisão da Lei de Bases da Saúde	37
A Inovação em Saúde: Acesso e Equidade	39
Políticas Públicas de Proximidade: O cidadão no centro da prestação de cuidados de saúde	41
Desafio Demográfico: Políticas de Natalidade e Envelhecimento Ativo	43
Como adequar o financiamento às necessidades?	46
O Valor Económico da Saúde	49
Recursos Humanos na Saúde: Formação, Motivação e Liderança	51
O Amanhã somos Nós	54
Mobilizados para a Agenda da Década	58

convenção
nacional
SAÚDE

A agenda da Saúde
para a próxima década





Dar passos maiores no sentido de um verdadeiro Pacto de Saúde



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

“O princípio e o fim do Serviço Nacional e Saúde, como de resto do demais Sistema de Saúde, são as pessoas. São os portugueses.”

“Bem-hajam todos quantos decidiram assumir, entre outros, o meu repto lançado em 2016 e relançado em 2017 para que o maior número de entidades ligadas à Saúde se reunissem para apreciar e dar passos maiores no sentido de um verdadeiro Pacto de Saúde para os portugueses. E é com profundo júbilo e penhorada gratidão que aqui vejo 90 instituições, a começar nas Ordens e a acabar em associações de pacientes, numa organização devida ao incansável esforço do senhor doutor Eurico Castro Alves, com a presidência do

senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, tudo testemunhado com empenho do senhor Ministro da Saúde. Que ensejo único este para uma tão relevante Convenção Nacional.

De facto, não podia ser mais oportuna esta Convenção. [...] É oportuna porque, mais do que nunca, o tema é visto como prioritário pela maioria esmagadora dos portugueses. É oportuna porque soluções e estruturas, de há quase meio século, sofreram a usura do tempo e novos desafios

coletivos e formulações científicas e tecnológicas reclamam reajustamentos e adequações orgânicas. É oportuna porque anos de crise e de lenta e desigual saída dessa crise provocaram um crescente desfasamento entre as mais altas expectativas dos portugueses e a mais difícil adaptação à realidade. É oportuna porque, como lembrou o senhor Ministro da Saúde, a partir de Setembro vai avançar uma reflexão, que se deseja ampla e variada, sobre a Lei de Bases e portanto a Saúde que queremos para Portugal no médio e longo prazo. É oportuna porque estamos a menos de um ano da primeira eleição de um intenso ciclo em que a Saúde será um dos tópicos cimeiros de confronto partidário. É oportuna porque os parceiros sociais da Saúde, antes mesmo do início do ciclo eleitoral, no que se apelidaria de facto de ciclo pré-eleitoral, a elegeram para reavivar preocupações e intensificar propostas públicas. É oportuna porque onde eles e os partidos não puderam chegar, ou chegar mais cedo, aí surgiram movimentos inorgânicos que, mais ou menos enquadrados depois pelos orgânicos, fizeram da Saúde, a partir de meados de 2017, um foco de importante e estimulante debate social e político. É oportuna porque arranca de muitos dos mais próximos da área e que, com a sua experiência, podem enriquecer a ulterior apreciação dos órgãos de soberania.

Em suma, os portugueses sentem-na como essencial. O tempo exige reexames e ajustamentos atualizantes. Todos os passos dados deparam com expectativas quase sempre insatisfeitas. Parceiros orgânicos e movimentos inorgânicos afirmam as suas posições. Partidos avançam com as suas

propostas, a caminho de eleições. O debate global a empreender tem pela frente apelos racionais, ponderosos mas também emoções, amiúde frustrações, certamente pré-compreensões, que não tornam simples o seu desenrolar.

É neste ambiente que mais relevante se torna o vosso papel. Não esquecendo o que vos divide, mas procurando pontos possíveis, diálogos necessários, convergências imprescindíveis. Sabendo que as metas e os caminhos a definir devem ser, em tese, de longo fôlego. E, por isso, ultrapassando um governo, um governo, uma legislatura, um mandato presidencial.

Eu acredito que o vosso encontro de hoje pode e deve cumprir, com apreciável, êxito uma missão largamente insubstituível. Pensar com serenidade, equacionar com lucidez, estimular a abertura de portas, imaginar os passos possíveis, a começar nos mais urgentes. E muito mais importante, esse é o grande desafio da vossa Convenção. Não deixar deslaçar o relacionamento entre instituições e pessoas. [...] Tornar viável o debate sobre a Saúde, prometido para o final deste ano e o ano que vêm. E essa é uma missão que não tem preço.

Importa nunca esquecer [...] que o princípio e o fim, o alfa e o ómega, do Serviço Nacional e Saúde, como de resto do demais Sistema de Saúde, tem nomes e tem rostos. E tem biografias e tem dramas. São as pessoas. São os portugueses.

Aqui estais, aqui estamos, a pensar nessas pessoas e no seu Direito Constitucional à Saúde.”

Unidos pela Saúde de todos os portugueses



Miguel Guimarães

Bastonário da Ordem dos Médicos e Chairman da Convenção Nacional da Saúde

“Unimo-nos por um sistema de saúde geral e universal, um SNS forte, centrado nos cidadãos e adequado às suas necessidades, eficiente, sustentável e participado, focado nos ganhos em saúde para as pessoas, com profissionais motivados e serviços de excelência.”

Permitam-me recordar as palavras do Senhor Presidente da República quando, por ocasião da sessão de abertura da Convenção Nacional da Saúde (CNS), apelou à necessidade de uma Agenda para a Saúde resultante de um Pacto entre as pessoas.

Partilho fortemente deste desígnio. Sem um Pacto duradouro dificilmente conseguiremos fazer melhor na Saúde. Portanto, é imperativo construir pontes e compromissos no essencial e manter distância face ao acessório, onde se incluem algumas ideias preconcebidas sobre o destino da Saúde em Portugal.

A Saúde é muito importante para todos, é das pessoas. A Saúde, em particular o Serviço Nacional de Saúde (SNS), é o principal fator de coesão social.

Nesta perspetiva, todos os passos devem ser dados no sentido de a valorizar.

Foi isso que procuramos fazer, nos dias 7 e 8 de Junho, ao reunir mais de 1.200 participantes – em torno de duas conferências e nove debates temáticos – para debater o futuro do SNS e do Sistema de Saúde em Portugal.

Este documento materializa, agora, o resultado desta reflexão profunda sobre o futuro da Saúde em Portugal.

Os desafios são muitos e exigem de todos nós uma atitude diferente. Bom senso e consenso em defesa da causa pública, dos doentes e da qualidade.

Capacitar o SNS com o capital humano adequado, com as tecnologias apropriadas, com equipamentos e dispositivos clínicos modernos, e com infraestruturas dignas e apropriadas ao exercício profissional.

Reforçar a capacidade de resposta das unidades de saúde ao nível da saúde pública, dos cuidados de saúde primários, da rede hospitalar, da rede de cuidados continuados e paliativos e dos cuidados domiciliários.

Reforçar o papel dos gestores do percurso do cidadão no sistema de saúde, sejam os médicos de família a nível geral sejam os médicos de medicina interna a nível dos hospitais.

Reconhecer e valorizar as carreiras profissionais e dignificar todas as profissões de saúde, incluindo aquelas que menos vezes têm sido faladas – secretários clínicos e assistentes operacionais e técnicos, e definir de forma clara o estatuto do cuidador informal.

Dignificar e valorizar o exercício profissional ao nível do setor privado e social.

Desenvolver uma política inteligente de contratações e incentivos que possa contribuir para ajudar a fixar os jovens profissionais no nosso país e melhorar o acesso e a qualidade nas zonas mais carenciadas.

Estes são alguns desafios que urge solucionar e para os quais apresentamos propostas.

Identificamos e elegemos também desafios mais amplos, pontos de consenso no seio dos participantes da Convenção Nacional, que carecem de resolução rápida.

O reforço do Orçamento de Estado (OE) dedicado à Saúde e, em especial, ao SNS (como percentagem do PIB), a aposta firme na promoção da saúde e prevenção da doença através de uma fatia mais generosa do OE, o combate às desigualdades sociais em Saúde (com medidas diretas e indiretas), o fomento da qualidade e eficácia dos tratamentos

(não podemos continuar centrados apenas em métricas numéricas), o acesso a informação credível e auditada por parte do doente (dar poder às pessoas para tomarem decisões informadas sobre o seu percurso de saúde), mais autonomia e flexibilidade na gestão das unidades de saúde do setor público, o reconhecimento do valor económico da Saúde, o acesso a inovação técnica, tecnológica e farmacológica, são temas estruturantes que mereceram toda a nossa atenção e foram alvo de propostas.

Uma solução de longo prazo, que responda conjuntamente a estes desafios, será um contributo inegável para reforçar a capacidade de resposta do SNS, para uma população mais saudável e com mais qualidade de vida, para uma redução dos custos em Saúde.

Deixo ainda uma nota indispensável sobre a Lei de Bases da Saúde, para reafirmar que uma boa Lei de Bases terá de se centrar, forçosamente, no interesse das pessoas e dos doentes, ao mesmo tempo que deve valorizar os profissionais de saúde.

Unimo-nos pela Saúde de todos os portugueses. Por um sistema de saúde geral e universal, um SNS forte, centrado nos cidadãos e adequado às suas necessidades, eficiente, sustentável e participado, focado nos ganhos em saúde para as pessoas, com profissionais motivados e serviços de excelência.

Este é o contributo da CNS para uma sociedade mais equilibrada, para portugueses mais autónomos e produtivos, para um país mais feliz.

Esperamos que os nossos trabalhos contribuam para a construção de um verdadeiro Pacto para a Saúde em Portugal e permita dar resposta aos anseios das populações.

Muito obrigado a todos os que participaram e apoiaram ativamente este desígnio!

Muito obrigado a todos os que se interessam pelo futuro da Saúde em Portugal!

Construir pontes, estabelecer consensos



Eurico Castro Alves

Presidente da Comissão Organizadora da Convenção Nacional da Saúde

***“Estamos juntos pela Saúde dos portugueses.
Estamos juntos por uma Saúde de excelência em Portugal.”***

A Convenção Nacional da Saúde marcou um novo percurso da Saúde em Portugal. Pela primeira vez, Ordens, Associações, prestadores de cuidados de saúde – dos setores público, privado e social –, sociedade civil, estiveram juntos a debater a Saúde em Portugal.

Reunimos dezenas de parceiros, disponíveis para debater soluções, procurar consensos e criar as bases de uma estratégia para a próxima década da Saúde em Portugal.

Este é um desafio que nos convoca a todos. E cada um dos parceiros que se uniram no Conselho Superior da Convenção Nacional da Saúde acreditaram na importância e desígnio deste grande projeto.

Temos um sistema de Saúde que – apesar das suas dificuldades – tem garantido o acesso aos cuidados de saúde a todos os cidadãos com um nível razoável de qualidade, equidade e eficiência.

No entanto, a Saúde enfrenta desafios cruciais é urgente pensar em novas soluções e novas abordagens que permitam renovar e preparar o sistema de saúde para uma nova era. Chegámos ao ponto crítico em que temos de pensar e olhar a Saúde a longo prazo.

Este movimento nasceu para promover uma reflexão séria que conduza à definição de um Pacto para a Saúde em Portugal. Este é o tempo de abandonar divergências, fraturas ou reivindicações corporativas.

Hoje, como nunca, é necessário construir pontes e estabelecer consensos para garantir um bem maior: os melhores cuidados de saúde para todos os portugueses, além da sua geografia, independentemente da sua condição económica e social.

A ambição era enorme, mas os objetivos estavam bem identificados. Sempre acreditei que teríamos a arte para abraçar os pontos que temos em comum e a audácia de gerar consensos em torno da Saúde.

Da Convenção Nacional da Saúde, nunca esperámos menos do que a edificação de uma Agenda da Saúde para a Década. Um testemunho de consenso que reúne as principais conclusões e propostas dos nossos trabalhos, agora materializadas neste documento.

Este é o tempo dos bem-intencionados, dos determinados, dos audazes. Acredito que continuaremos a ter idêntica ambição e igual arte para apontar um novo rumo para o futuro sustentável da Saúde em Portugal.

O SNS tem sido um poderoso instrumento de coesão social



Adalberto Campos Fernandes

Ministro da Saúde (de 26 de novembro de 2015 a 15 de outubro de 2018)

***“É nossa obrigação, porque somos Governo, preparar o futuro.
Fazendo-o através do envolvimento de todos os agentes públicos,
privados e sociais.”***

Em Portugal existe um enorme consenso quanto à opção por um Serviço Nacional de Saúde, de matriz pública, mas de características mistas. Que se tem afirmado, aliás, como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade social.

Num país fortemente marcado por desigualdades, o SNS tem sido um poderoso instrumento de coesão social. Ao Estado cumpre, naturalmente, assegurar o cumprimento escrupuloso dos princípios da universalidade, da cobertura geral, em condições

de acesso, de equidade e de qualidade. O nosso país tem cumprido, ao longo destas últimas quatro décadas, grande parte desses critérios. Mas tem ainda pela frente enormes desafios, sendo um dos países no contexto do espaço europeu onde o processo de envelhecimento demográfico tem sido mais rápido e mais acentuado.

Com efeito, apesar da esperança média de vida aos 65 anos ser hoje de quase 20 anos, comparados com os outros países europeus com melhores indicadores, quase 16 desses anos serão ainda

vividos sem a qualidade de vida, o que se reflete em elevados índices de dependência.

Como aqui foi referido, ainda esta semana o Diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, Tedros Ghebreyesus, em visita ao nosso país, afirmou que Portugal, no contexto europeu e mundial, tem um dos poucos bons Sistema de Saúde. Não é por isso demais sublinhar o trabalho feito até aqui, por um conjunto enorme de construtores, naturalmente responsáveis políticos, alguns aqui presentes nesta sala, mas sobretudo pelas dezenas de milhares de profissionais que ao longo do tempo o foram construído.

É nossa obrigação, porque somos Governo, preparar o futuro. Fazendo-o através do envolvimento de todos os agentes públicos, privados e sociais, na melhoria dos indicadores sociais e económicos que contribuam para melhorar a esperança de vida saudável após os 65 anos.

Quase quatro décadas passadas desde a criação do SNS, é evidente que só através do compromisso de todos, com a excelência do mesmo, podemos garantir a equidade no acesso a cuidados de saúde de qualidade. Só assim será possível, por um lado defender os cidadãos, mas também, e isto é muito importante, defender a qualidade e a sustentabilidade do Estado Social que queremos conservar em Portugal.

A Saúde representa um dos maiores desafios do país, na defesa das pessoas, na correção das desigualdades e na sustentação da economia. Este é o nosso maior desafio. Acreditamos que desta iniciativa poderão surgir relevantes contributos para que todos, em conjunto, sejamos capazes, agora e no futuro, de superar a utopia generosa de António Arnaut, garantido dessa forma o desenvolvimento sustentado da melhor realização da democracia portuguesa.

A Saúde não é um custo, é um investimento



Maria de Belém Roseira

Presidente da Comissão da Revisão da Lei de Bases da Saúde

***“A Saúde tem um impacto enorme na nossa economia,
incorpora investigação de alto valor acrescentado e é uma realidade
à qual os poderes públicos devem atribuir cada vez maior atenção.”***

Esta realização marcará, estou certa, um antes e um depois naquilo que vai ser o trabalho na Saúde. Esta é uma altura muito oportuna porque estamos a desenvolver os trabalhos de redação de uma nova Lei de Bases da Saúde e não há melhor do que contar com as opiniões, tão sustentadas e tão fundamentadas, e com as conclusões que sairão desta Convenção.

Sabemos que a Saúde tem uma relação muito direta, muito clara, com o princípio da dignidade das pessoas, da igualdade, como instrumento

corretor de desigualdades sociais e territoriais e deve proporcionar o livre desenvolvimento da nossa personalidade. Ficará consagrado [na Lei de Bases] a Saúde como direito humano.

Pessoas no centro do Sistema não pode ser uma frase vazia mas tem que ser uma realidade vivida, que garanta liberdade, integridade e dignidade. Porque quando classificamos a Saúde como um direito humano temos duas recorrências do ponto de vista jurídico. Uma delas é a liberdade de cada um de nós ser coprodutor da sua saúde. Mas

também uma titulação: que o Serviço Nacional de Saúde e o Sistema de Saúde nos sirvam adequadamente.

Reconhecemos nos pré-princípios [da Lei de Bases] a Saúde e a sua importância na economia do país. A Saúde não é um custo. A Saúde é um investimento. Tem um impacto enorme na nossa economia, incorpora investigação de alto valor acrescentado e é uma realidade à qual os poderes públicos devem atribuir cada vez maior atenção.

Sabemos que esta é a Era das vulnerabilidades. Basta uma pequena coisa para que caiamos na pobreza. Sabemos bem a relação adversa entre Saúde e pobreza, assim como a relação adversa que existe entre Saúde e falta de capacitação. A literacia em Saúde é essencial, mas a Saúde tem também de ser olhada como um instrumento de combate à pobreza. Porque a Política não é um meio de satisfazer necessidades individuais, mas antes uma forma de integrar os indivíduos

em torno de uma conceção partilhada de bem comum.

É indispensável que nos aproximemos progressivamente dos custos per capita em termos dos países com os quais nos comparamos, nomeadamente da OCDE e da União Europeia. Deverá ainda ser diminuído o esforço financeiro que a cada um é pedido para que possa gozar de boa Saúde e que se agravou nos últimos tempos, na sequência da crise.

Espero que daqui saia um sublinhado muito importante sobre a evidência científica para a formulação das Políticas de Saúde. Espero que daqui saia uma noção de que estamos a trabalhar com o valor mais importante, mais nobre, por força da relação que a Saúde tem com o direto à vida. Espero que daqui saia um forte compromisso, que colaborem e trabalhemos em conjunto, para que, sob o chapéu de uma Lei de Bases, nos possamos entender.



“A defesa do Serviço Nacional de Saúde mas uma convivência entre o setor público, o setor privado e o setor social. Ter o Estado como principal garante da acessibilidade do cidadão à saúde. Aquilo que tem de estar no nosso objetivo é o cumprimento daquilo que está na Constituição da República Portuguesa. [...] O PSD está aberto às reformas estruturais que sabemos que só com os outros é possível fazer. O Serviço Nacional de Saúde é uma dessas reformas estruturais e por isso nós estamos disponíveis para com os agentes do sistema e com os outros partidos dar os passos necessários para que possamos ter a reforma que se encontre por mais adequada no quadro do Sistema Nacional de Saúde.”

Rui Rio, Presidente do Partido Social Democrata (PSD)



“Há um ponto de partida essencial que é a desideologização e despolitização do debate. Quando debatemos a Saúde e procuramos trazer critérios de avaliação, de valor, de eficiência, quando procuramos ver o que funciona bem e o que funciona menos bem, a tendência é que se ideologize e se demonize o debate. O SNS que temos hoje, com setores público, privado e social e tendencialmente gratuito, não é o SNS que estava legislado em 74. Esta evolução foi ditada pelos tempos e, por isso, hoje há um consenso muito grande sobre a natureza do SNS. [Agora] temos de resolver alguns dos principais problemas, a começar pelo acesso, a sustentabilidade, o financiamento e a possibilidade de investimento. [...] A verdade é que o debate político sobre a Saúde em Portugal é excessivamente ideologizado. Sempre que alguém tenta apresentar uma reforma, seja ela qual for, há um debate ideológico ao invés de discutirmos resultados.”

Adolfo Mesquita Nunes, Advogado / Vice-Presidente do Centro Democrático e Social (CDS)



“Em Portugal, nos últimos anos tivemos ganhos em saúde que são inegáveis e que nos comparam muito bem internacionalmente. Assistimos a uma redução da mortalidade infantil, ao aumento da esperança média de vida. Mas temos novos problemas em saúde que exigem novas soluções. O aumento das doenças crónicas não transmissíveis é uma preocupação. Aumentámos exponencialmente o número de indivíduos com diabetes, com obesidade, com cancro. Portanto é-nos exigida uma nova abordagem. Um dos desígnios nacionais deverá ser garantir o direito humano a uma alimentação adequada.”

Alexandra Bento, Bastonária da Ordem dos Nutricionistas



“Os farmacêuticos estão espalhados por todo o país. Nas farmácias, nos hospitais, nas análises clínicas, no ensino, na investigação, na regulamentação. São 15 mil profissionais, homens e mulheres, que sempre estiveram e continuarão a estar ao serviço do Serviço Nacional de Saúde e do Sistema de Saúde, seja ele público, privado ou social, para continuar a servir Portugal e os portugueses. Por isso, é inadiável a reflexão sobre o futuro do Serviço Nacional de Saúde porque faz parte do amanhã dos portugueses.”

Ana Paula Martins, Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos



“Vivemos hoje dias muito difíceis na Saúde. Falta dinheiro, faltam enfermeiros, falta motivação e falta, sobretudo, vontade política para mudar de rumo. Temos hospitais a encerrar camas por falta de enfermeiros. Não temos toda a força e a vontade necessária para travar a degradação dos serviços de saúde. A esperança é aquilo que precisamos para acreditar que as medidas que tenham que ser tomadas saiam deste documento da Convenção.”

Ana Rita Cavaco, Bastonária da Ordem dos Enfermeiros



“Por muito que o Serviço Nacional de Saúde seja uma referência e seja, em muitas matérias, um ótimo exemplo, também é verdade que são muitas as dificuldades e muitos os desafios, particularmente, para o futuro do Serviço Nacional de Saúde. É por isso muito importante a construção de uma Agenda da Saúde, como contributo para uma agenda ainda mais ampla e imprescindível para a sustentabilidade de vários Sistemas, uma agenda nacional para a prevenção e para o desenvolvimento das pessoas com vista à competitividade e à coesão social. Avancemos de uma política da doença para uma política da saúde através da prevenção e do desenvolvimento das pessoas.”

Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da Ordem dos Psicólogos



“No mundo atual, a Saúde não conhece fronteiras. Não conhece fronteiras geográficas mas também não respeita fronteiras interespecies. Esperar por uma saúde humana sem simultaneamente lutar por uma saúde animal é perder tempo e recursos. A relação causa-efeito move-se nos dois sentidos. É portanto essencial que este tema seja discutido e abordado por ambos os especialistas: medicina humana e medicina veterinária.”

Jorge Cid, Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários



“Os biólogos entendem muito bem que a sustentabilidade não é apenas económica, não é apenas ambiental. O que significa que todos os cidadãos se devem sentir confortáveis no seu Serviço Nacional de Saúde, se devem sentir integrados e se devem sentir seguros. Estamos bastante preocupados, por exemplo, com a formação dos jovens que saem com enorme qualidade das nossas universidades mas que precisam de ter uma formação complementar para desenvolverem melhor as suas capacidades. A Convenção Nacional da Saúde é uma iniciativa particularmente relevante por auscultar os profissionais de saúde e toda a sociedade civil, numa aposta global, centrada no conhecimento científico.”

José Matos, Bastonário da Ordem dos Biólogos



“À população não interessa se os cuidados de saúde são prestados pelo público, pelo privado ou pelo social. O que é necessário é que se tenha acesso a cuidados de saúde e que esses mesmos cuidados sejam prestados com qualidade. Por isso é preciso assegurar a sustentabilidade do Sistema no seu todo: público, privado e social.”

Orlando Monteiro da Silva, Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas



“As ciências da saúde assumem-se como um dos setores mais dinâmicos da economia, dos que incorporam maior conhecimento, mais tecnologia, alto valor acrescentado e capacidade ímpar de criar emprego qualificado em Portugal. Os números mostram bem a relevância económica e social da saúde. [...] Todas as políticas de Saúde deverão ser prioritariamente orientadas para a promoção da Saúde e do bem-estar dos doentes, do combate e da resposta à doença. É por Portugal, e pelos portugueses, que nos move a possibilidade de contribuir para a agenda dos próximos dez anos na área da Saúde.”

João Almeida Lopes, Presidente do Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP



“A Saúde é um dos fatores essenciais de coesão social e é um dos fatores essenciais de coesão territorial no nosso país. A Saúde é um dos fatores essenciais de desenvolvimento económico e um dos fatores essenciais de Inovação. A Saúde é um dos fatores essenciais de atração de investimento e um dos fatores essenciais de produção científica. A Saúde é um dos fatores essenciais de equilíbrio na nossa balança comercial e é um suporte fundamental ao turismo qualificado. [...] Perante esta realidade, como podemos olhar para este resultado apenas como despesa e não como investimento? O nosso Sistema de Saúde, integrado e articulado entre setor público, setor privado e setor social, precisa de mais investimento.”

Paulo Duarte, Presidente da Associação Nacional de Farmácias (ANF)



“O objetivo da componente de financiamento é garantir que existe justiça contributiva das pessoas que contribuem para o Sistema e que existe proteção financeira na altura da doença. Se analisarmos e avaliarmos o Sistema de Saúde português, dentro desta perspetiva, percebemos que estamos a falhar. Estamos a falhar porque quando as famílias estão doentes têm de contribuir em 28% do total da despesa em Saúde. [...] Em 2018, o SNS teve o menor investimento nos últimos 10 anos em percentagem de Produto de Interno Bruto. Temos um problema de investimento público na área da Saúde. [...] Não é com o modelo que temos hoje – altamente centralista, baseado numa restrição de tesouraria e no adiamento da despesa, sem qualquer autonomia dos prestadores – que vamos conseguir fazer evoluir o Sistema e melhorar os cuidados de saúde para os portugueses.”

Alexandre Lourenço, Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH)



“Estamos perante grandes problemas, velhos e novos, que só serão resolvidos com novas soluções e novas abordagens. O que devemos valorizar nas abordagens desta nova Lei de Bases? Chamar o cidadão a ser o gestor da sua saúde, este é um ponto que me parece importante. Depois, é fundamental valorizar a evidência científica, a eficácia e a eficiência em todas as avaliações, como base da racionalidade das escolhas diagnósticas e terapêuticas. Depois, é muito importante encontrar respostas de proximidade, gerar resolutividade dos cuidados de saúde primários e promover soluções de hospitalização domiciliária para os cidadãos. Que temos de fazer? Deslocar as soluções hospitalocêntricas para a proximidade, valorizar as respostas locais.”

Fernando Regateiro, Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE / Foi Coordenador Nacional para a Reforma do SNS na área dos Cuidados Hospitalares



“Temos de ter uma visão de Saúde Pública que não fale de prevenção como uma boa vontade mas fale de prevenção como uma capacidade real e efetiva. Se queremos intervir nos próximos 10 anos temos de olhar para os determinantes da Saúde: pobreza, menor escolaridade, isolamento social, tabaco, álcool, alimentação, transportes, organização das cidades, bairros sociais, são fatores de risco gravíssimos. Ou seja, a saúde do século XXI não pode ser vista sobre o modelo clássico de saúde mas sim observando o enquadramento das pessoas no mundo real em que vivemos. Neste sentido, a grande prioridade devem ser as doenças crónicas. Hoje as doenças crónicas matam mais de 90% dos portugueses e são as responsáveis pelo maior gasto na morbilidade destas mesmas situações. E essas doenças crónicas não são abordáveis sem a participação dos próprios doentes. Além disso, é absolutamente impensável que não haja um médico de família para cada português.”

José Manuel Boavida, Presidente da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP) / Foi Coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes



“Só com a intervenção e compromisso de todos conseguiremos uma Saúde mais acessível e sustentável. A preservação do ambiente e a proteção da saúde pública é uma responsabilidade de todos nós e esta pode ser exercida em diversos planos. Por isso, importa sensibilizar a população para entregar os medicamentos fora de prazo ou que já não são utilizados nas farmácias, encerrando assim o ciclo de vida do medicamento.”

Luís Figueiredo, Valormed – Sociedade de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos



“É preciso termos a consciência que não haverá uma diminuição dos gastos em Saúde. Estamos num país pobre, num país envelhecido, com um aumento constante de doenças crónicas e por isso a despesa vai aumentar. Nos últimos anos andámos a fazer de conta que o Serviço Nacional de Saúde se reduz só ao serviço público de Saúde. Tenho uma admiração enorme pelo serviço público de Saúde mas o sistema não se reduz a ele. Em 2015 foram transferidas para a União das Misericórdias três hospitais. Hoje, em dois deles, em média, com menos 25% de orçamento fazemos mais 100% de consultas e mais 200% de cirurgias. Externalizando alguns serviços? Com certeza! Mas garantindo ao Ministério que a despesa é aquela e sem surpresas no fim.”

Manuel Lemos, Presidente da União de Misericórdias Portuguesas



“Hoje é consensual na sociedade portuguesa que a nossa ambição é termos um serviço de saúde que corresponda à ideia de democratizar o acesso à inovação tecnológica na área da medicina e da saúde, isto é, garantir o acesso de todos. Num país com tantas desigualdades sociais como Portugal isso passa, em larga medida, pela existência de um serviço público que assegura isso mesmo. O que não quer dizer que esse serviço público tenha a exclusividade do sistema de saúde, que é mais vasto. É evidente que um sistema privado de saúde faz todo o sentido na sua natureza complementar com o serviço público. Depois, considero que há três prioridades que são óbvias: uma atenção especial aos mais velhos, uma maior atenção às doenças crónicas e uma prioridade efetiva à promoção da saúde, aquilo que hoje se chama os estilos de vida saudáveis.”

Manuel Pizarro, Médico



“A sustentabilidade do sistema de saúde português e do Serviço Nacional de Saúde interessa a todos. Os desafios do envelhecimento da população e do acesso dos portugueses à inovação reforçam a necessidade de um reforço do investimento na saúde. É fundamental acabar com o subfinanciamento crónico do SNS. É preciso termos uma Lei de Meios do Serviço Nacional de Saúde e uma gestão orçamental plurianual. Os prestadores privados, nomeadamente os hospitais, podem dar um contributo fundamental para reduzir as listas de espera, para aumentar a eficiência do sistema e para dar mais opções ao cidadão. [...] A Agenda para a Década constitui muito mais que um repositório de ideias e de propostas. É a base de uma visão a médio e longo prazo para o setor da Saúde. A Convenção Nacional da Saúde confia que se os decisores políticos assumirem, tal como emana da sociedade civil, que para além das legítimas opções ideológicas é possível ter um entendimento sobre os objetivos, então conseguiremos levar a bom porto os desafios da Saúde. O futuro do Sistema de Saúde é um desígnio nacional, a Agenda para Década é o contributo que aqui deixamos. Com o compromisso solene de que em todas as discussões respeitamos o princípio da prioridade da Saúde em Portugal. Porque os portugueses assim o merecem e assim o exigem.”

Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP)



“A Saúde vive um ambiente de inovação e transformação extraordinário. O grande desafio do setor da Saúde para a próxima década é a sua internacionalização. Na Saúde, Portugal exporta 1.400 milhões de euros. Penso que o setor pode e deve ambicionar dobrar este número. A 10 anos podemos exportar 3 mil milhões de euros. Temos a capacidade, empresas e instituições, para o fazer. Falta uma agenda de internacionalização. Precisamos de uma agenda explícita e muito bem definida de atração de investimento estrangeiro na Saúde. A aposta na internacionalização do setor da Saúde deve ser encarada, por todos, como uma oportunidade clara. Há atores e empresas empenhadas em fazer essa aposta. Haja, para isso, uma estratégia bem definida, uma coordenação total do setor e das instituições governamentais. É necessário atribuímos à Saúde a relevância económica que tem.”

Salvador de Mello, Presidente do Health Cluster Portugal



“Esta Convenção está a fazer história no domínio da Saúde em Portugal. [...] Esta Convenção é importante no modo como foi organizada e no modo com foi realizada. Uma Convenção abrangente, participada, não sectária, não partidária, não corporativa. Foi uma Convenção que não se preocupou apenas com a espuma dos dias mas se preocupou, sobretudo, com uma perspetiva de médio e de longo prazo. Uma Convenção que não teve a preocupação de analisar apenas as questões táticas, conjunturais e do dia-a-dia, mas de ver as questões da Saúde numa perspetiva estratégica, estrutural e com sentido de futuro. [...] É uma Convenção com uma preocupação de formar um pensamento estruturado, sólido e coerente em matéria de Saúde.”

Luís Marques Mendes, Advogado e Conselheiro de Estado



“Grande parte dos dilemas e das questões políticas tendem a traduzir-se, e talvez na Saúde com maior incidência, em opções fundamentais com consequências para o financiamento. Sobre isso, há evidências que importa repetir e que devem ser um pressuposto de qualquer conversa em conjunto: não há forma de resolver nenhum problema, em nenhuma área, com suborçamentação sistemática. Aliás, a suborçamentação é sempre uma forma de anular aquilo que são os próprios instrumentos de gestão. Não podemos olhar para a Saúde apenas como uma discussão, muito presente, em torno das margens de eficiência que podemos ter em torno dos maiores agregados de despesa.”

Pedro Adão e Silva, Diretor do Doutoramento em Políticas Públicas
no ISCTE-IUL



SA

par

Sessão

Presidente da C
da Conven



convenção nacional SAÚDE

A agenda da Saúde
a a próxima década

de Boas Vindas

Eurico Castro Alves
Comissão Organizadora
Nacional da Saúde





Unidos pela Saúde dos Portugueses

A Convenção Nacional da Saúde foi assumidamente inspirada pelo Senhor Presidente da República que, em março de 2016, afirmou que “A Saúde é um domínio em que eu penso que é fácil chegar a um consenso nacional.” Depois, em 2017, as Ordens Profissionais da Saúde realizaram um Encontro alargado para debater “O futuro do financiamento da Saúde em Portugal”. E no final do ano passado ouvimos, mais uma vez, a interpelação do Senhor Presidente da República de que «este é um momento que pode não ser repetível, de alguma folga, para um debate sereno sobre o Sistema de Saúde» entre «dois grandes hemisférios que se dividem relativamente à Saúde em Portugal», quanto ao papel do Estado, das instituições particulares de solidariedade social e dos privados, e que devem tentar chegar a um compromisso. «É por aí que passa a procura de uma fórmula intermédia, de que depende depois o posicionamento sobre a estruturação do sistema, a organização do sistema, o financiamento do sistema e os recursos dentro do sistema», pelo que se deve lutar por um «pacto explícito, expresso, envolvendo

de forma militante os parceiros políticos, sociais, económicos e culturais».

Os agentes do setor da Saúde, e os portugueses em geral, não podiam ficar indiferentes a este apelo, tanto mais quanto a Saúde é um bem precioso, nas mais diversas perspetivas, e é reconhecido que o Sistema de Saúde em Portugal vai enfrentar grandes e inéditos desafios num futuro próximo.

A Convenção Nacional da Saúde foi pensada para responder a este repto. Ser o maior debate nacional de sempre sobre o presente e o futuro da Saúde em Portugal.

Estamos todos juntos pela Saúde dos portugueses. Ordens profissionais da saúde, parceiros públicos, privados e setor social, associações de doentes, responsáveis políticos, imprensa, centros de investigação e universidades e todos os cidadãos interessados aceitaram o desafio de contribuir para este grande desígnio de termos um Sistema de Saúde geral e universal nos termos

constitucionais, adequado às necessidades dos portugueses, eficiente, sustentável e participado, focado nos ganhos em saúde para os cidadãos, com profissionais motivados e serviços de excelência.

A força da Convenção Nacional da Saúde reside na ambição de obter um elevado nível de participação, alargada e transversal. Era nosso objetivo inicial tirar o máximo proveito de tanto conhecimento e experiências. Por isso, é de realçar que congregámos cerca de 90 organizações muito distintas e que demos um exemplo de diálogo e de capacidade de construir.

Queremos que a **Convenção seja o mais abrangente possível**, com todas as classes profissionais da saúde, com os cuidados de saúde primários, com o hospitalar e com os cuidados continuados e paliativos, com o público, o social e o privado, do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Intuíamo-lo desde o início mas a prossecução dos trabalhos comprovou que há muitas barreiras que se esbatem quando refletimos com a única preocupação do país e da saúde dos portugueses. Queremos contribuir para garantir o acesso de todos os cidadãos aos melhores cuidados de Saúde e às tecnologias de Saúde, incluindo as mais inovadoras, e pugnar por um nível de financiamento do Sistema de Saúde adequado às necessidades dos portugueses, preservando simultaneamente a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

A oportunidade de debater o futuro da Saúde

Conhecemos o setor da saúde, as expectativas dos portugueses, os estudos efetuados e a potencial que existe em todos os seus agentes. Assumimos

desde o início que o desafio demográfico – aumento da longevidade da população e prevalência das doenças crónicas – associado à persistência no tempo do subfinanciamento da Saúde em Portugal, constituem um dos grandes desafios coletivos a que teremos de dar resposta.

A **Convenção Nacional da Saúde** teve o seu lançamento num evento realizado nos dias 7 e 8 de Junho de 2018, na Culturgest em Lisboa, em que, para além da oportunidade de debater apresentações de especialistas internacionais, promoveu-se a discussão, em 9 conferências distintas, dos seguintes temas:

- Políticas Públicas de Proximidade: O cidadão no centro da prestação de cuidados de saúde
- A Revisão da Lei de Bases da Saúde
- A Inovação em Saúde: Acesso e Equidade
- Desafio Demográfico: Políticas de Natalidade e Envelhecimento Ativo
- Público. Privado. Social: A complementaridade do Sistema de Saúde como um ganho para o Utente
- Como adequar financiamento às necessidades?
- Recursos Humanos na Saúde: Formação, Motivação e Liderança
- O Valor Económico da Saúde
- O Amanhã somos Nós

Nestes dois dias, assistimos às intervenções do Presidente da República, do Ministro da Saúde, do

Presidente do Partido Social Democrata (PSD), da Presidente da Comissão da Lei de Bases da Saúde e de todos os Bastonários das Ordens Profissionais da Saúde. **Registou-se a inscrição de 1.500 pessoas e mais de 100 oradores contribuíram com as suas ideias nos diversos painéis temáticos.**

Perante os números e a dimensão dos contributos, esta iniciativa inédita não pode ser ignorada. A Convenção Nacional da Saúde não se substitui aos legítimos e necessários decisores políticos, mas teve a ambição necessária para apresentar um contributo sério e fundamentado, agora disponibilizado para análise e consideração de todos.

Criar um Pacto para a Saúde em Portugal

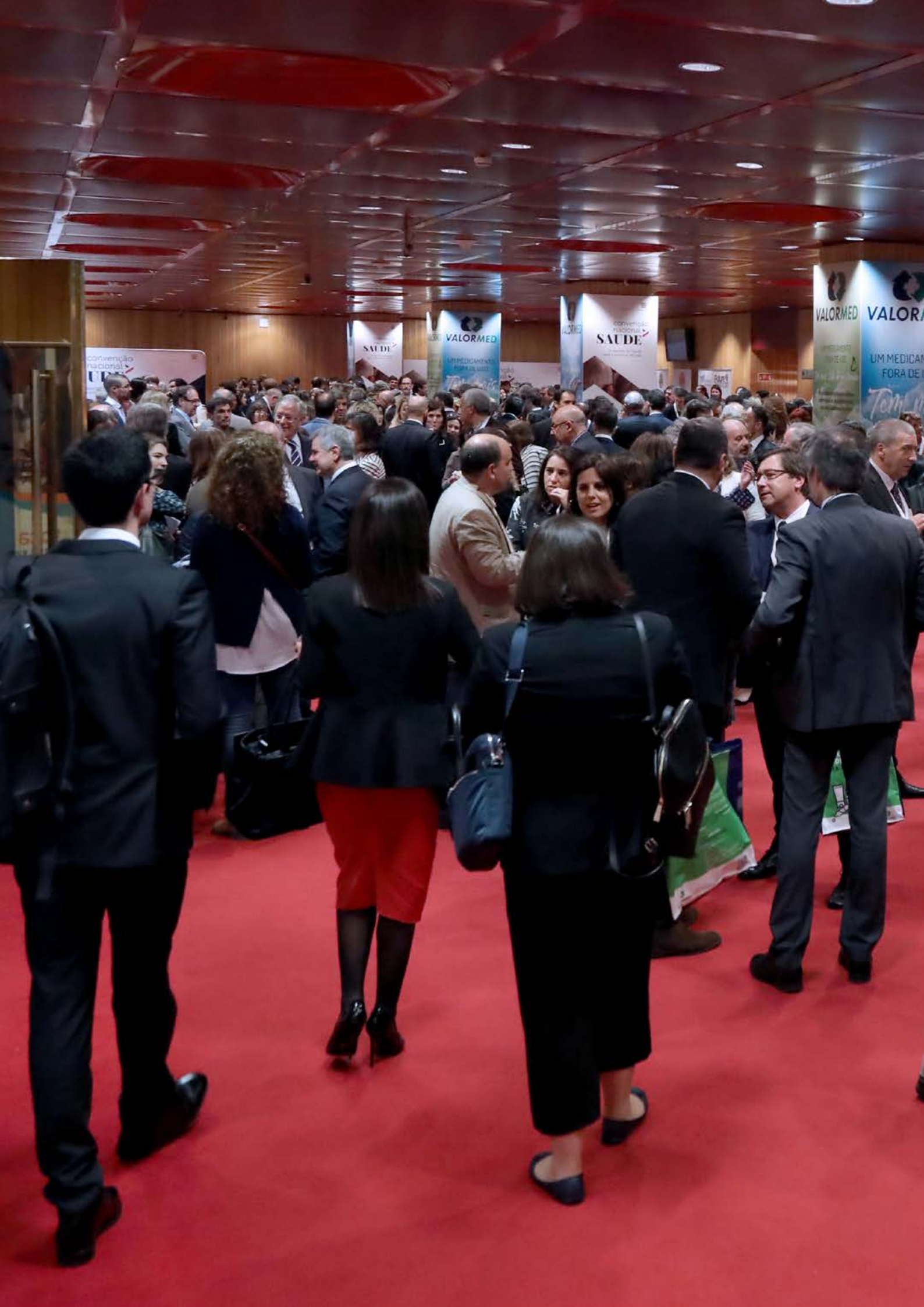
A Convenção Nacional da Saúde teve sempre

como objetivo definir os termos de um Pacto para a Saúde em Portugal. Sendo o desafio e a responsabilidade de médio e longo prazo, exigindo respostas que sejam assumidas e que não fiquem condicionadas a mudanças conjunturais nos seus pilares básicos, entende-se que as linhas de reforma e de sustentabilidade do Sistema de Saúde devem ir para além dos ciclos políticos.

Agenda da Saúde para a próxima Década

A Convenção Nacional da Saúde não é apenas um evento. A iniciativa materializa-se numa plataforma permanente de debate. Ao longo dos próximos anos, todos os parceiros da Saúde e todos os cidadãos podem contribuir para definir o futuro da Saúde em Portugal. Desejamos, por isso, que a base desta enorme plataforma de partilha viva num incessante processo de atualização e crescimento.





VALORMED VALORA
UM MEDICAMENTO FORA DE

SAUDE

VALORMED
UM MEDICAMENTO FORA DE

SAUDE

convenção nacional




VALORMED

*Tem mais Vida
do que Imagina*

convenção
nacional
SAÚDE

A agenda da Saúde
para a próxima década

ap



Agenda para a Década

Dos contributos recebidos desde o lançamento público da **Convenção Nacional da Saúde** e das reflexões efetuadas nos dias 7 e 8 de Junho de 2018, resultam conclusões que, tal como decorre do objetivo anunciado, corresponde a uma **“Agenda para a Década”**.

Para efeitos de apresentação da **“Agenda para a Década”** não se pretende relatar toda a dimensão e profundidade das reflexões mantidas mas antes de sistematizar, de forma sucinta e clara, as principais orientações que, na perspetiva dos participantes da Convenção Nacional da Saúde, correspondem ao núcleo de política a implementar e a reiterar de modo a garantir a qualidade, adequação, eficiência e sustentabilidade do sistema nacional de saúde.

Tendo em conta a diversidade das entidades

envolvidas e a profundidade dos contributos expendidos, este documento não vincula especificamente nenhum interveniente. Tendo por objetivo último o desenvolvimento de um sistema de saúde melhor e mais sustentável e como aspiração constituir uma base para um verdadeiro “Pacto para a Saúde”, a **“Agenda para a Década”** apresenta as opções e medidas que generalizadamente foram acolhidas, sem prejuízo de muitas outras ideias apresentadas que, sendo estimulantes e úteis ainda têm que ser trabalhadas no sentido da sua consensualização.

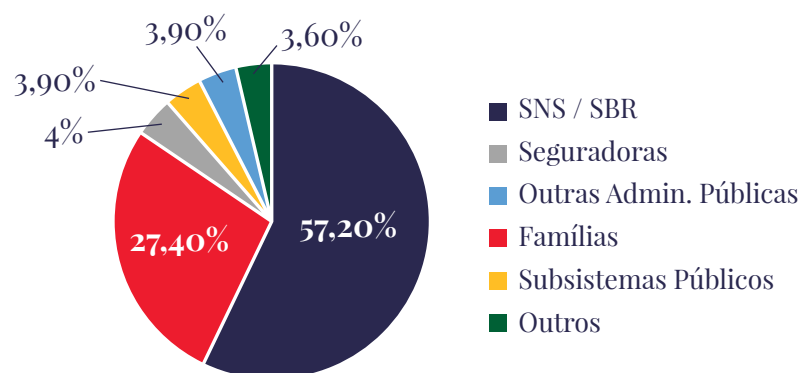
Em fidelidade aos trabalhos realizados a **“Agenda para a Década”** está organizada em linha com os painéis de discussão e em que, para cada um deles, se identificam as ideias força e depois as propostas, em termos de objetivos e/ ou medidas, que desde já se afiguram como essenciais.

Público. Privado. Social: A complementaridade do Sistema de Saúde como um ganho para o Utente



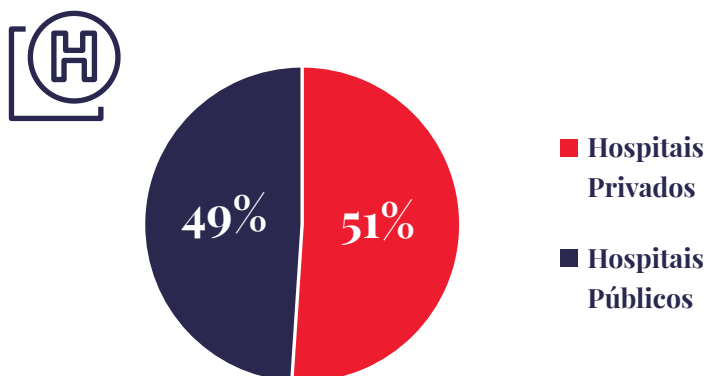
Informações chave

**Distribuição da despesa corrente
com Saúde por financiador em Portugal
2016**

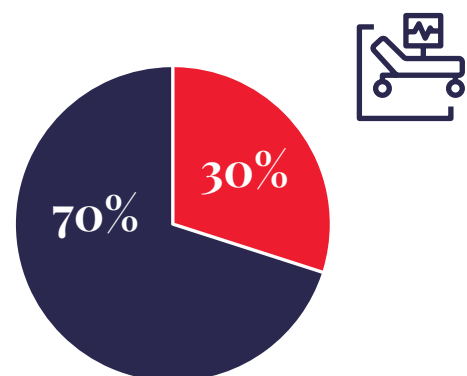


Fonte: Adaptado de Conta Satélite da Saúde, 2014 – 2016, Instituto Nacional de Estatística

**Distribuição em número de Hospitais
2016**



**Distribuição em camas*
2016**

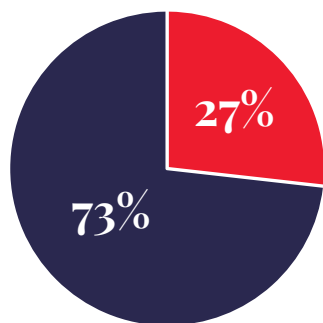


Fonte: IQVIA Consulting; “Setor Privado da Saúde em Portugal”, Millenium BCP, 2017

Nota: *Valores referentes a 2013

Distribuição de cirurgias**

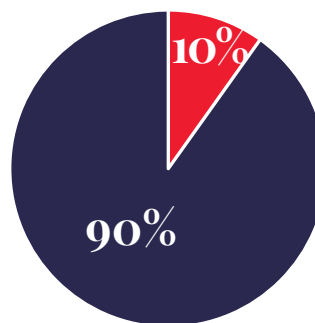
2016


 ■ Hospitais
Privados

 ■ Hospitais
Públicos

Distribuição de atos de diagnóstico

2016



Fonte: IQVIA Consulting; “Setor Privado da Saúde em Portugal”, Millenium BCP, 2017

Nota: ** Exclui pequenas cirurgias

Ideias Força

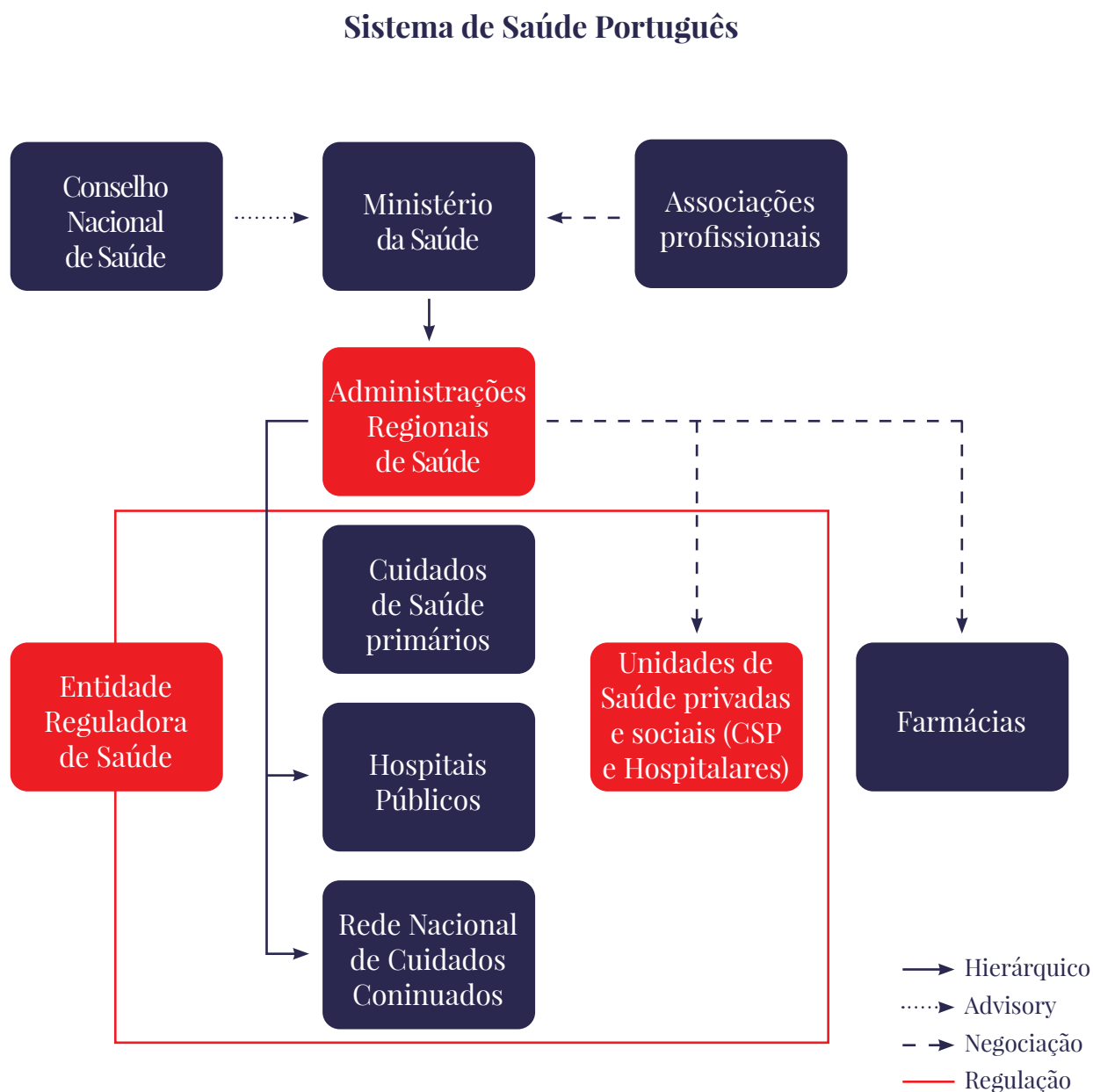
- O setor privado e o social podem dar forte contributo à eficiência e oferta do sistema de saúde;
- O Estado deve clarificar e separar as funções.

1. Assumir que o sistema de saúde é misto e que a complementaridade é ponto essencial do sistema porque é a articulação entre setores público, privado e social que permite maximizar ganhos efetivos para o doente;
2. Reconhecer a complementaridade dos setores social e privado como forma de combater desertificação do interior e racionalização de recursos;
3. Separar as funções do Estado – financiador, prestador, regulador, entre outras –, como, aliás, tem sido defendido há anos por diversos partidos;
4. Promover de forma racional o aproveitamento da capacidade instalada;
5. Reforçar o poder e o alcance da regulação em Saúde, não só para os agentes do setor mas também para que cidadãos e decisores tenham maior informação sobre desempenho assistencial e económico das diversas entidades;
6. Harmonizar e simplificar as regras de licenciamento, com a sua aplicação progressiva a todas as unidades de saúde, independentemente de serem públicas, privadas ou sociais;
7. Rever o regime das convenções, em particular da ADSE, para assegurar concorrência justa;
8. Evoluir para um “processo clínico comum”, em obediência ao princípio que os dados são propriedade do cidadão e este tem o direito de que os mesmos possam estar acessíveis para qualquer prestador a que recorra;
9. Estabelecer o princípio da liberdade de escolha dos cidadãos em relação aos prestadores;
10. Garantir que “o dinheiro segue o utente” para assegurar liberdade de escolha.

A Revisão da Lei de Bases da Saúde



Informações chave



Fonte: Adaptado de “Health in Transition Portugal” 2017

Ideias Força

- › O cidadão e os ganhos em saúde devem ser a principal preocupação da Lei de Bases;
- › A prevenção, o tratamento da doença crónica e o investimento têm que ser devidamente financiados.

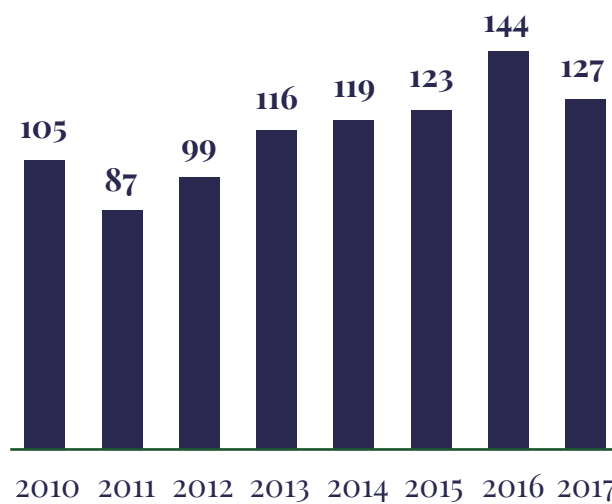
1. Centrar o Sistema de Saúde no cidadão;
2. Garantir maior participação dos cidadãos e dos representantes dos doentes na definição das políticas de saúde;
3. Atribuir maior ênfase à educação para a Saúde e à prevenção da doença;
4. Estabelecer normativos legais que contrariem o subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
5. Pugnar para que o Sistema de Saúde abranja todas as formas de prestação em benefício dos cidadãos, independentemente da natureza pública, privada ou social das instituições;
6. Defender que, na efetivação do direito à saúde, o Estado deve atuar através de serviços próprios e complementar a sua atividade com o setor privado e social;
7. Definir apoio ao envelhecimento saudável e ao acompanhamento e tratamento da doença crónica, bem como da doença mental;
8. Promover e Apoiar a investigação científica com interesse para a Saúde;
9. Perspetivar articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação para a criação de um programa educativo para a promoção da Saúde, adequado aos diferentes níveis de ensino, com a inclusão de Suporte Básico de Vida no currículo obrigatório;
10. Prever a inclusão dos parceiros sociais e do Ministério da Segurança Social nos projetos de apoio aos doentes crónicos com responsabilidades partilhadas entre instituições, de modo a reduzir o absentismo dos cuidadores e do doente, e potenciar as instituições de apoio social já existentes;
11. Estabelecer a valorização das carreiras e criação de novas carreiras, como ponto essencial de motivação e qualificação dos profissionais, que são pilar essencial para adequado funcionamento dos serviços de saúde;
12. Defender e implementar o conceito de “Health in all policies”;
13. Consagrar proteção de dados, nomeadamente a problemática do direito ao esquecimento;
14. Definir adequado enquadramento e revisão da legislação dos seguros de saúde.

A Inovação em Saúde: Acesso e Equidade

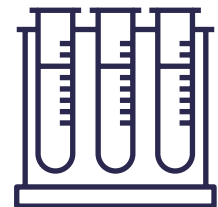


Informações chave

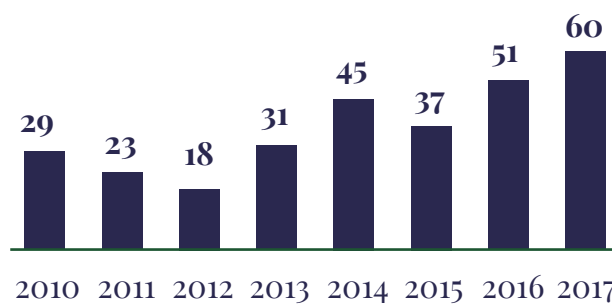
Ensaaios clínicos aprovados em Portugal



Fonte: INFARMED 2018



Medicamentos inovadores aprovados em Portugal



Fonte: INFARMED 2018



Ideias Força

- › Os portugueses devem ter acesso atempado à inovação;
- › A avaliação e financiamento da inovação deve ser função dos ganhos em Saúde.

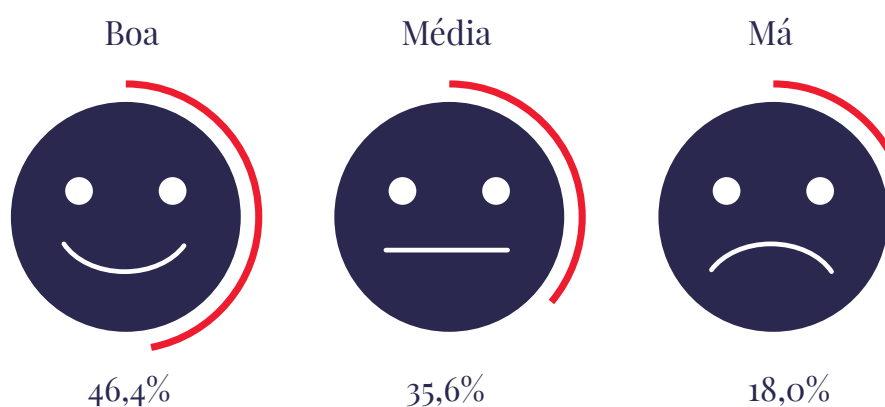
1. Cumprir prazos previstos no SiNATS – Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde para decisão sobre novas tecnologias de Saúde;
2. Aplicar modelo de acesso à inovação em Saúde baseado em resultados;
3. Garantir a independência da entidade de avaliação das tecnologias de Saúde;
4. Garantir o custo-efetividade da inovação no mundo real (RWE);
5. Estudar a viabilidade e efeito da criação de um Fundo para a inovação;
6. Atingir, em dois anos, a média da União Europeia (UE) em termos de tempo de acesso a medicamentos inovadores;
7. Assumir o “going digital” como fundamental para melhorar acesso e qualidade da prestação de cuidados de saúde e eficiência de recursos;
8. Atrair ensaios clínicos, com promoção do investimento e criando incentivos para os profissionais e entidades se focarem na investigação clínica;
9. Medir as condições de acesso à saúde em Portugal e da equidade do acesso através de indicadores mais específicos;
10. Reforço das estratégias de financiamento das instituições para promover equidade no acesso;
11. Apostar em inovação organizacional – novos modelos de prestação, integração de cuidados, cuidados domiciliários – para criar valor para o doente;
12. Melhorar o planeamento e a partilha de informação sobre a inovação a introduzir em Portugal para que, atempadamente, os registos clínicos eletrónicos e os respetivos orçamentos sejam preparados de forma a que a informação a recolher “alimente” diretamente as bases de dados nacionais;
13. Afirmar pública e politicamente que a investigação corresponde a valor para o país e é um importante fator de competitividade nacional.

Políticas Públicas de Proximidade: O cidadão no centro da prestação de cuidados de saúde

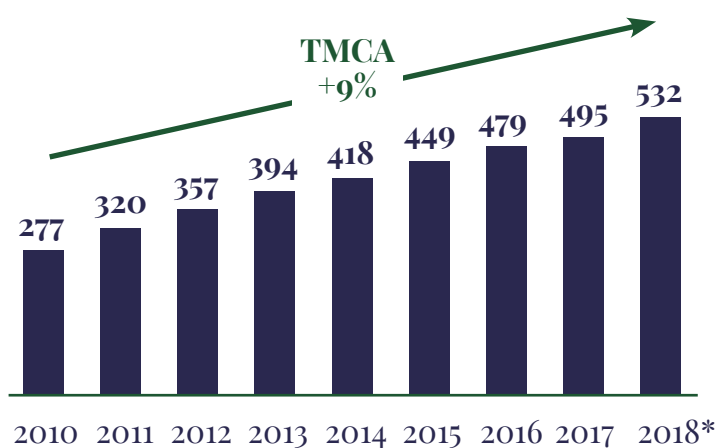


Informações chave

Percepção sobre estado de Saúde, adultos, 2015 Portugal



Evolução do número total de USF

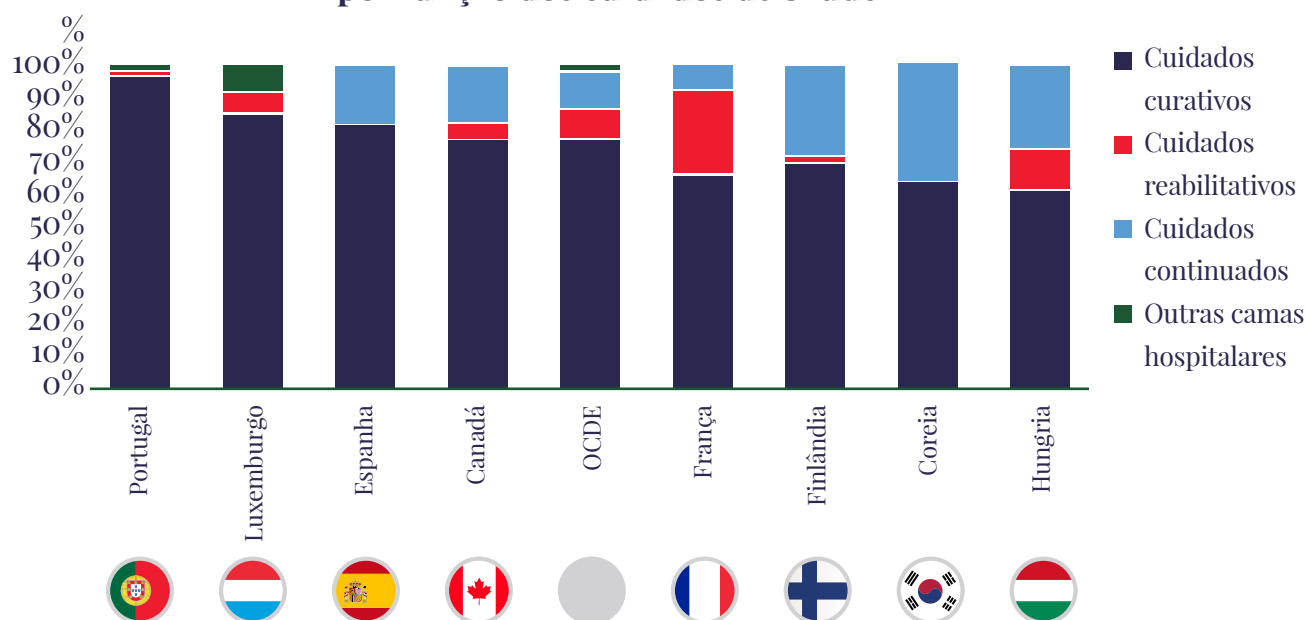


+79 USF
planeadas até 2019

Fonte: ACSS 2018 Nota: *Objetivo 2018

Cuidados continuados

**Distribuição camas de Hospital
por função dos cuidados de Saúde**



Fonte: OCDE, "Health at a glance 2017"

Ideias Força

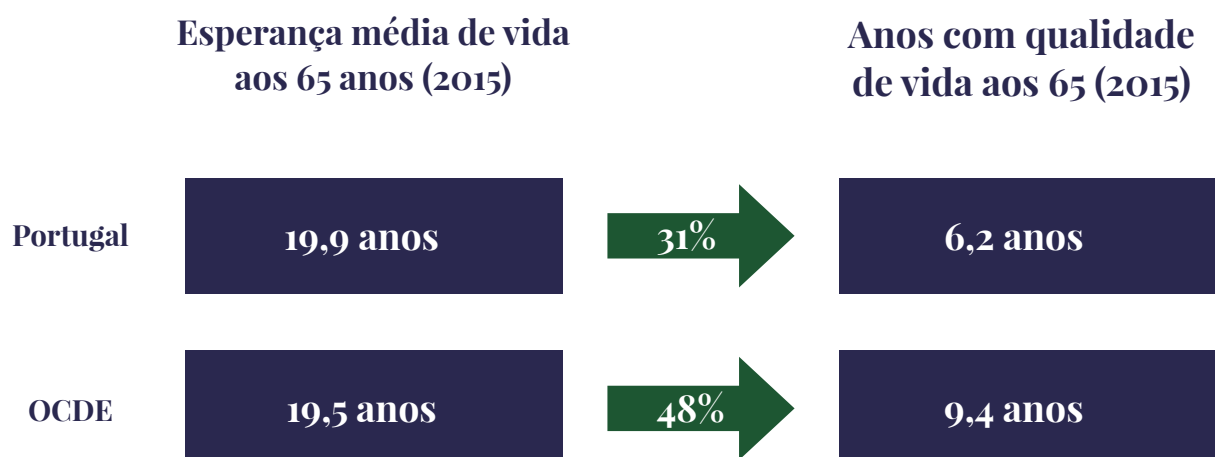
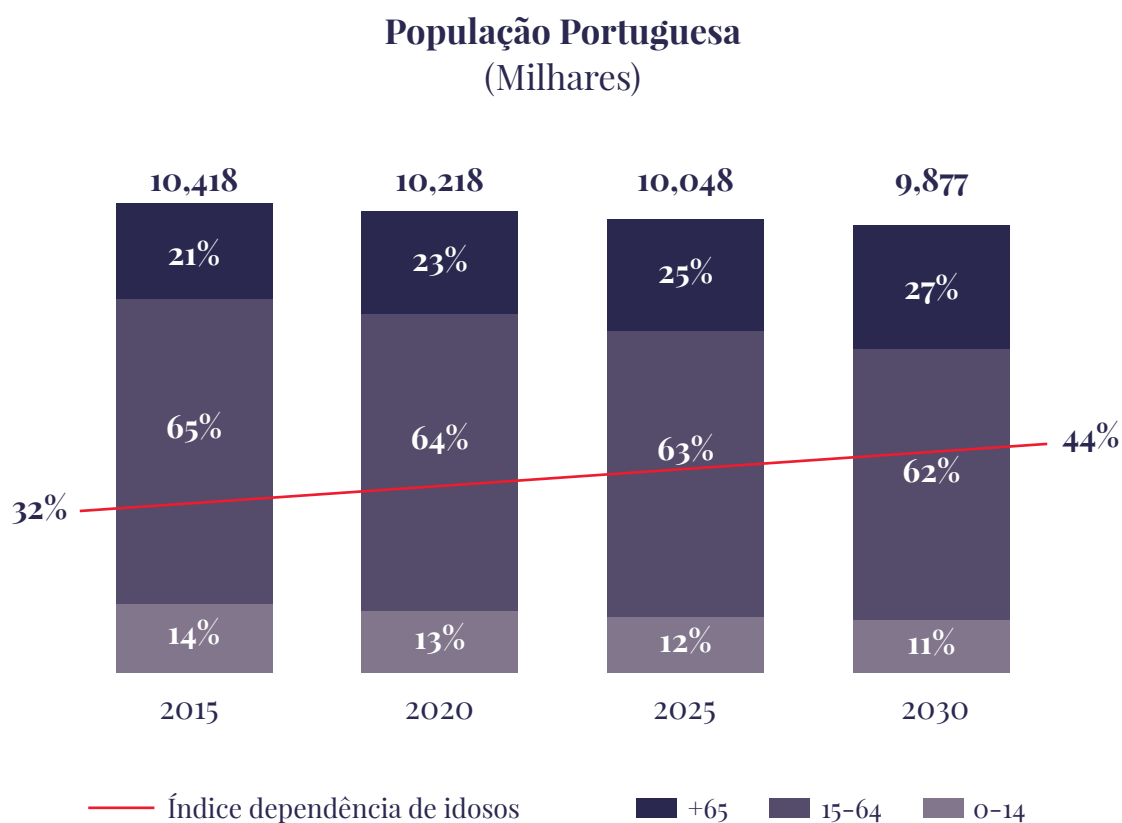
- › O cidadão deve ser empoderado para participar na promoção da sua saúde e avaliação das tecnologias de saúde e definição de políticas;
- › As instituições de saúde (prestadores ou outros) devem organizar-se em prol das necessidades dos cidadãos;
- › As políticas de proximidade devem ter em conta os determinantes sociais dos doentes.

1. Integrar de forma sistemática os níveis de cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, dotados das necessárias equipas multidisciplinares;
2. Fazer uma maior aposta na prevenção e literacia em saúde;
3. Avançar para a expansão da rede de Unidades de Saúde Familiar (USF), assegurando uma equipa de saúde familiar a todos os portugueses;
4. Criar as condições para uma maior aposta em estilos de vida saudáveis;
5. Garantir um espaço de discussão entre parceiros, designadamente associações de doentes, na definição das políticas de Saúde;
6. Criar um plano individual de doente que inclua gestor de caso;
7. Definir plano individual de cuidados, com valorização de cuidados domiciliários e diferentes tipologias de cuidados continuados;
8. Rever as regras de financiamento por forma a facilitar acesso dos cidadãos à saúde, com eventual discriminação positiva do interior.

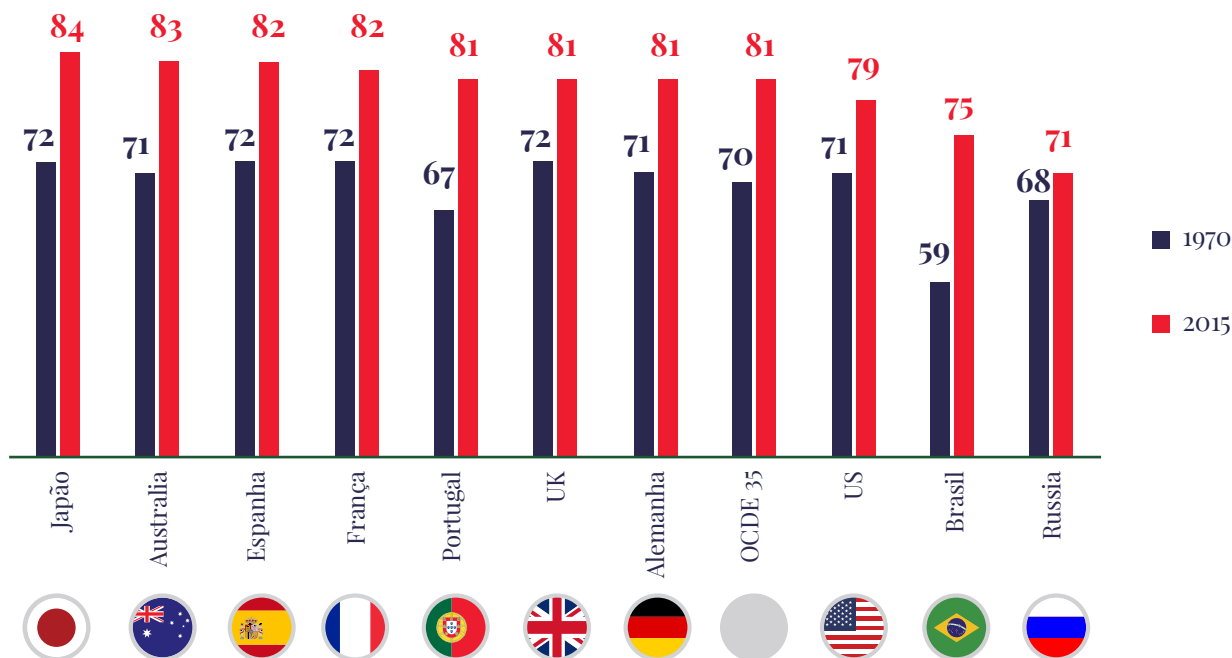
Desafio Demográfico: Políticas de Natalidade e Envelhecimento Ativo



Informações chave



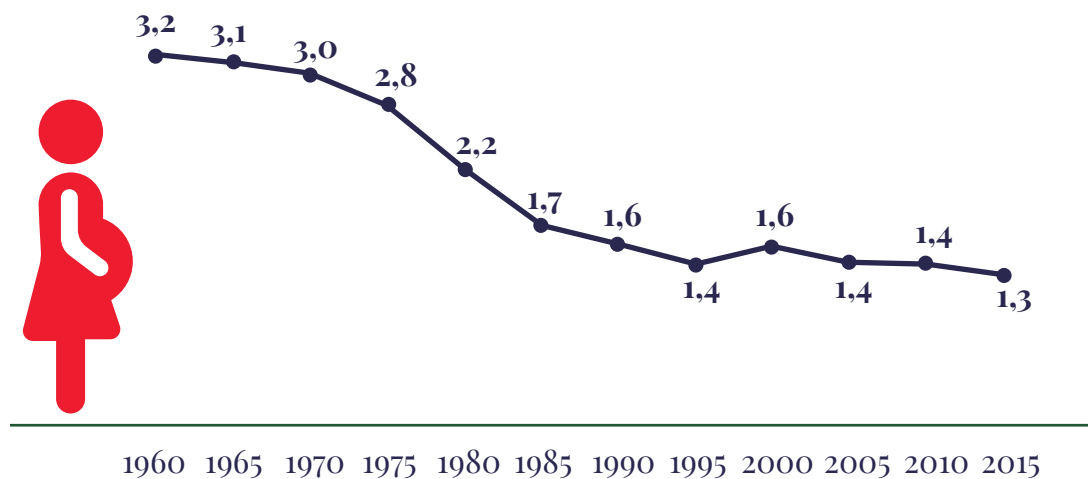
Esperança média de vida



Fonte: OCDE, "Health at a glance 2017"



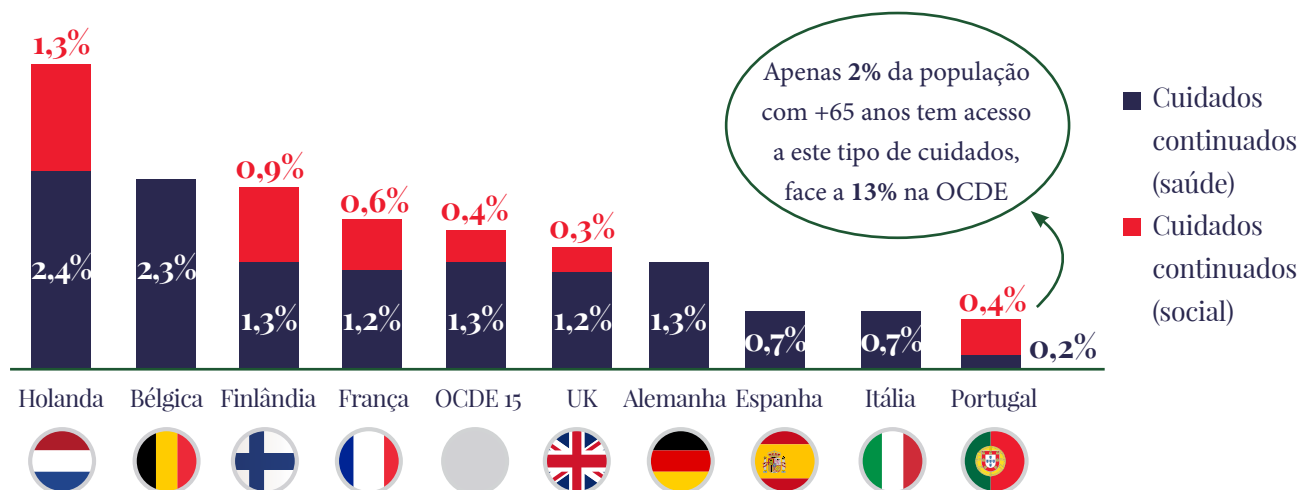
Evolução do índice sintético de fecundidade em Portugal



Fonte: INE, Indicadores demográficos

Despesa do estado com cuidados continuados (%PIB)

2015



Fonte: OCDE, "Health at a glance 2017"

Ideias Força

- › Instituir a política de natalidade como uma prioridade nacional em articulação com políticas locais;
- › A longevidade é um bem e deve ser valorizado. Desafio demográfico como desígnio nacional;
- › Necessidade de políticas de prevenção.

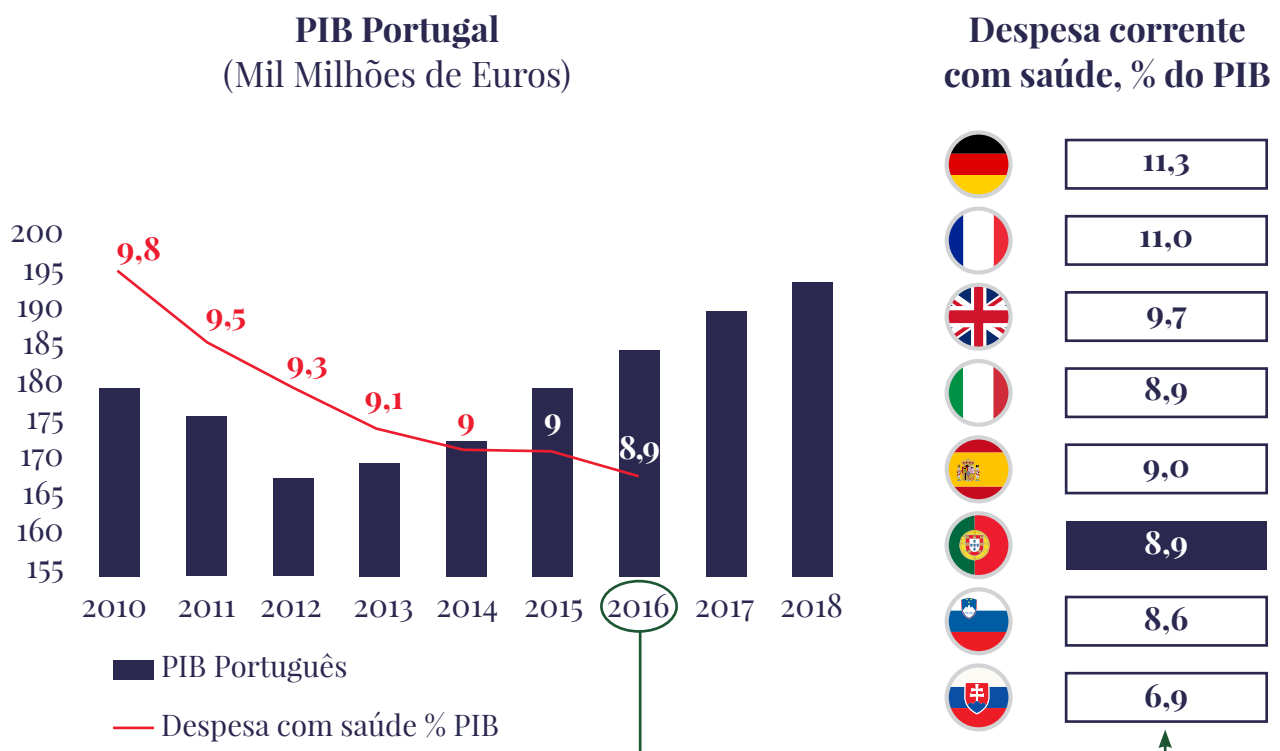
1. Assumir a questão da natalidade como prioridade nacional das políticas públicas em articulação com políticas locais;
2. Definir e implementar uma Política Nacional de Saúde de prevenção que apresente, os seguintes eixos estratégicos:
 - a) Medidas preventivas com especial destaque para a promoção da saúde e,
 - b) Atendimento multidisciplinar específico.
3. Aumentar a consciencialização dos cidadãos para o desafio demográfico, envolvendo-os naquele que deve ser um desígnio nacional, dado que aumento da longevidade é um bem e deve ser promovido e valorizado;
4. Reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), atualizando o estudo de cálculo das necessidades;
5. Estabelecer o princípio da necessidade da educação para a saúde ao longo do ciclo de vida;
6. Apoiar a existência de Cuidadores Informais, com definição de quadro legal e fiscal específico e criação do Estatuto de Cuidador Informal;
7. Articular de forma reforçada a Saúde com outras políticas sociais. Dado que a saúde interessa a todos, os problemas das pessoas são multidisciplinares e estes têm, habitualmente, uma componente de Saúde;
8. Criar política e medidas de compatibilização da vida profissional com a vida familiar.

Como adequar o financiamento às necessidades?

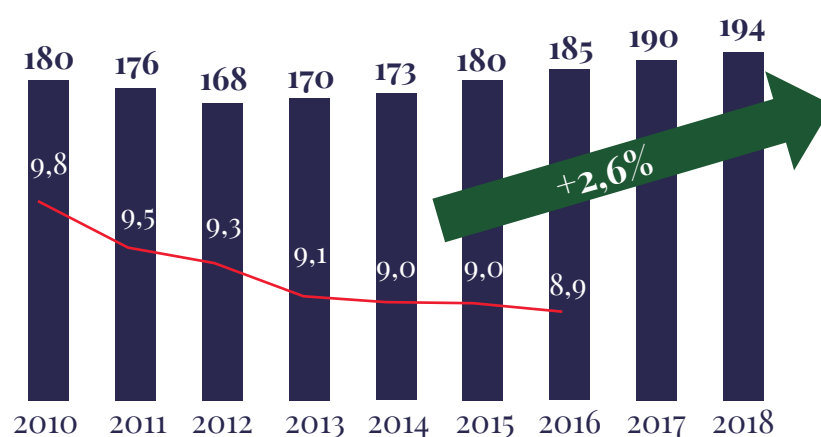


Informações chave

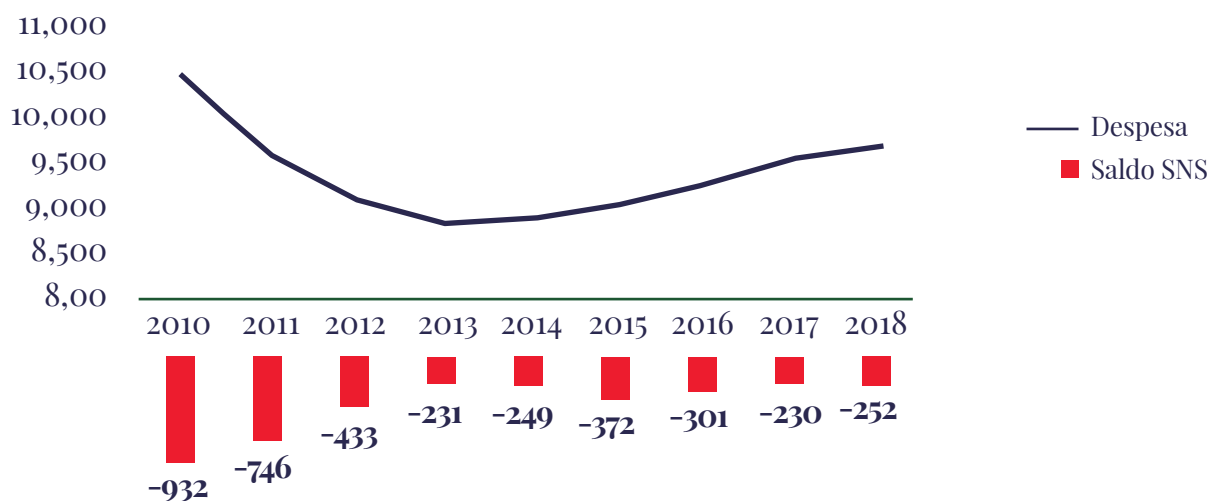
Saldo SNS



PIB Portugal (Mil Milhões de Euros) & despesas em Saúde em % PIB



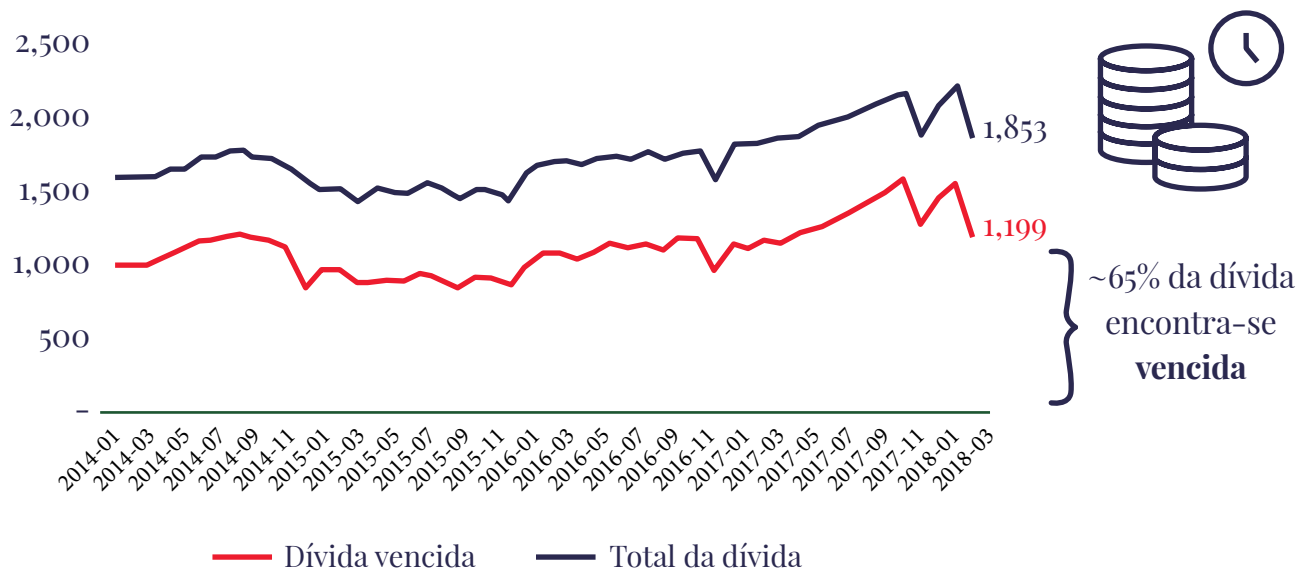
Evolução despesa e saldo SNS (Milhões de euros)



Fonte: Ministério da Saúde, Adaptado de ACSS 2017

Dívida SNS

Dívida do SNS a fornecedores externos (Milhões €)



Ideias Força

- › Necessidade de reforço da dotação orçamental do Serviço Nacional de Saúde;
- › Necessidade de estabelecer uma Lei de Meios do Serviço Nacional de Saúde e de orçamentação plurianual da saúde.

1. Adotar um Orçamento Plurianual para o SNS, de modo a haver menor dependência dos ciclos políticos, mas também económicos;
2. Criar Lei de Meios do SNS para identificação quantificada das diversas linhas de despesa, da prevenção ao investimento, passando pelas áreas de financiamento de prestação de cuidados;
3. Evoluir, progressivamente, para a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em termos de despesa pública em saúde em função do Produto Interno Bruto (PIB);
4. Elevar o valor da despesa pública em prevenção para a média da União Europeia;
5. Elaborar “Lei de Programação” com calendarização dos investimentos tidos como essenciais para os próximos 10 anos, nas áreas hospitalar e de cuidados de saúde primários, em termos de infra-estruturas e de equipamentos;
6. Orçamentar de forma transparente e atempada todas as instituições do SNS;
7. Celebração de contratos de gestão com as administrações dos hospitais do SNS com metas assistenciais e financeiras e garantia da autonomia e avaliação dos gestores na sua execução;
8. Evoluir para modelos de pagamento por resultados (valor);
9. Otimizar Registo de Saúde Eletrónico em termos de recurso a Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) e telemedicina;
10. Aprovar condições para alargar seguros de saúde, nomeadamente a colaboradores das Pequenas e Médias Empresas (PME);
11. Tornar sustentáveis os subsistemas públicos de saúde, com regras de receita e de coberturas ajustadas;
12. Estudar o impacto e o potencial do alargamento do universo dos subsistemas de saúde;
13. Prever modelo específico de contratualização/ financiamento das instituições do interior;
14. Considerar que o financiamento deve acompanhar o doente;
15. Abandonar a fixação de preços administrativos, ajustando preços à estrutura de custos dos cuidados prestados.

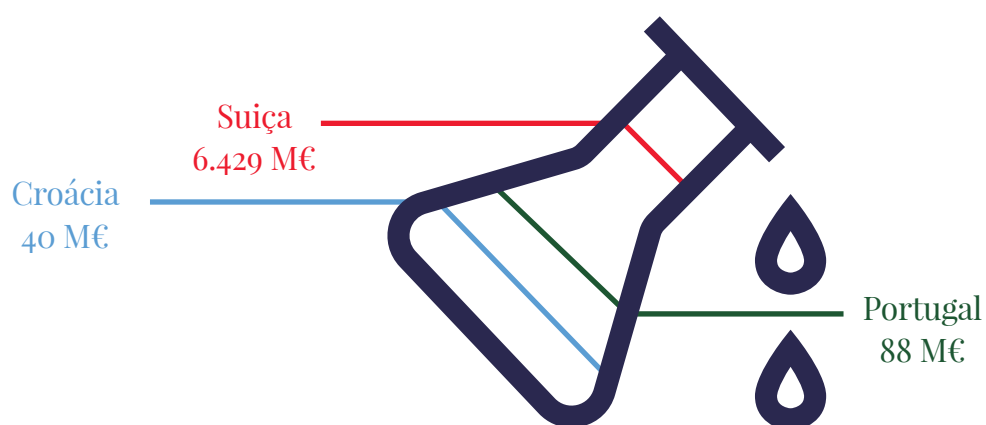
O Valor Económico da Saúde



Informações chave

Investigação & Desenvolvimento

Investimento em investigação e desenvolvimento farmacêutico (Milhões €) 2015



Fonte: EFPIA 2015

Fonte: IPCTN 2016

Produção

TOP produtores farmacêuticos



42.479 M€



29.536 M€

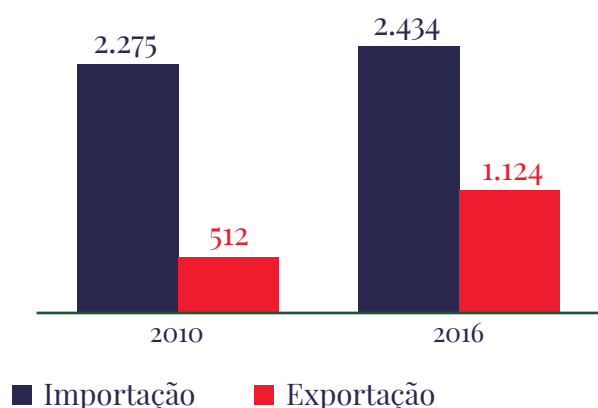


29.326 M€

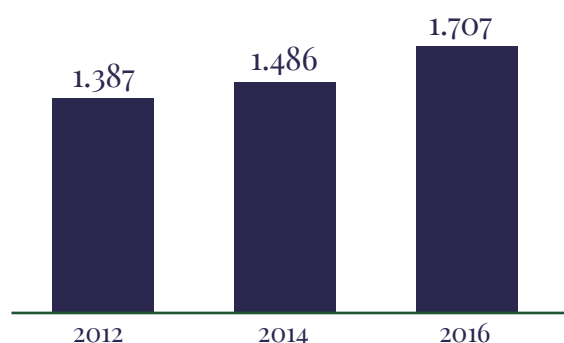
Fonte: EFPIA 2015; INE 2018

Investigação & Desenvolvimento

Exportação e importação de matérias primas e produtos farmacêuticos em Portugal (Milhões €) 2015



Evolução da produção farmacêutica (Milhões €) 2015



Fonte: EFPIA 2015; INE 2018

Ideias Força

- Os agentes económicos da saúde devem ser respeitados como tal e incentivado o investimento;
- O setor da saúde deve ser assumido como polo de desenvolvimento e de competitividade do país.

1. Assumir que o investimento em saúde é indutor de retorno económico;
2. Otimizar o poder de arrasto da saúde na economia (redução do absentismo, aumento da produtividade, saúde mental) via investimento estratégico prioritário;
3. Valorizar a estabilidade de compromissos políticos e fiscais enquanto fator de atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE);
4. Estabelecer um “Pacto de estabilidade legislativa”, sem medidas discricionárias e avulsas, em relação à atividade privada;
5. Criar no âmbito da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal uma equipa especial dedicada ao setor da Saúde, assumindo a Saúde como um fator de competitividade de Portugal na atração de IDE;
6. Cumprir os prazos de pagamento do Estado à atividade privada;
7. Reforçar o acompanhamento das empresas do setor da saúde por parte do Ministério da Economia;
8. Apostar na proteção da propriedade industrial;
9. Criar medidas promotoras de Investigação & Desenvolvimento (I&D) em seio empresarial e de subclusters do setor;
10. Atrair I&D em Centros de Investigação em Saúde ancorados em capital humano;
11. Estabelecer uma estratégia nacional de Turismo de Saúde;
12. Definir estratégias de internacionalização da saúde diferenciadas: farmacêutica, clínica, soluções Information Technology (IT) e turística;
13. Reforçar Sistemas de Informação Integrados que se traduzam em melhores cuidados e eficiência do Sistema de Saúde;
14. Duplicar o valor das exportações na próxima década.

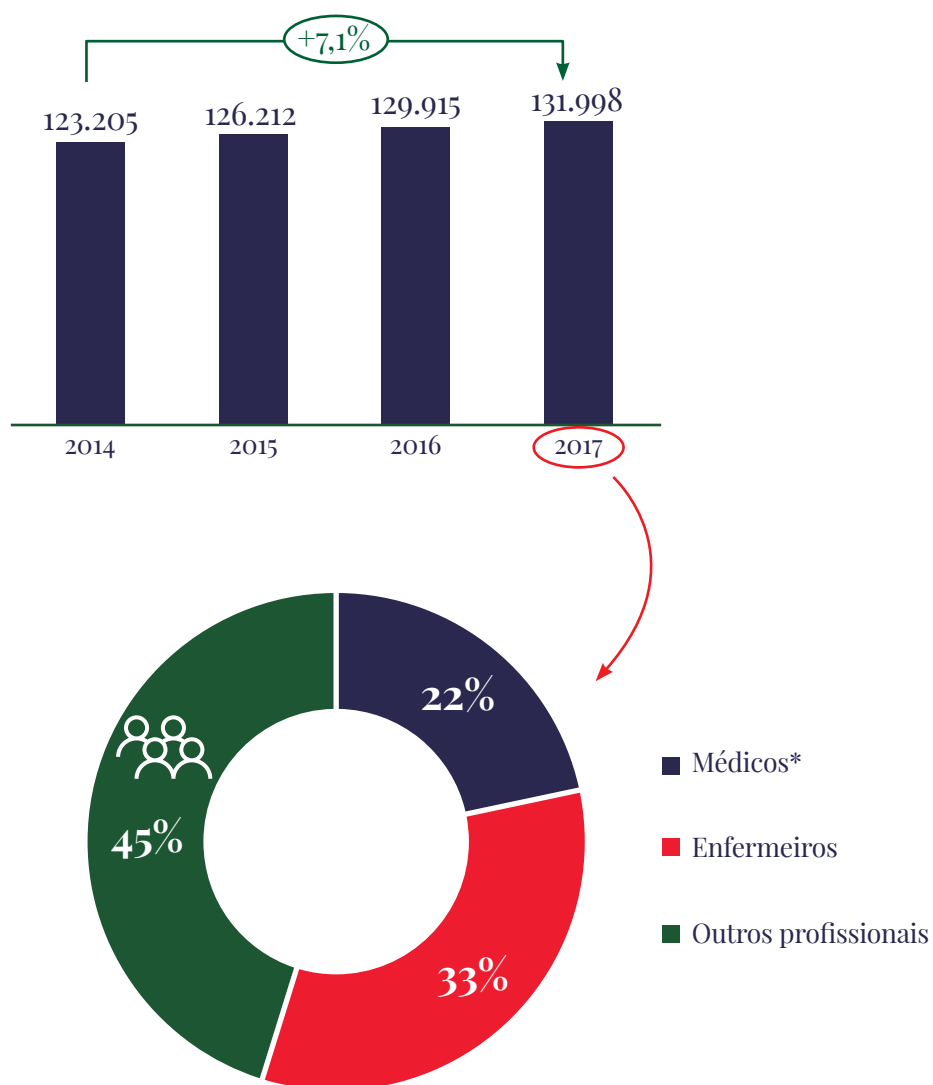
Recursos Humanos na Saúde: Formação, Motivação e Liderança



Informações chave

Evolução de recursos

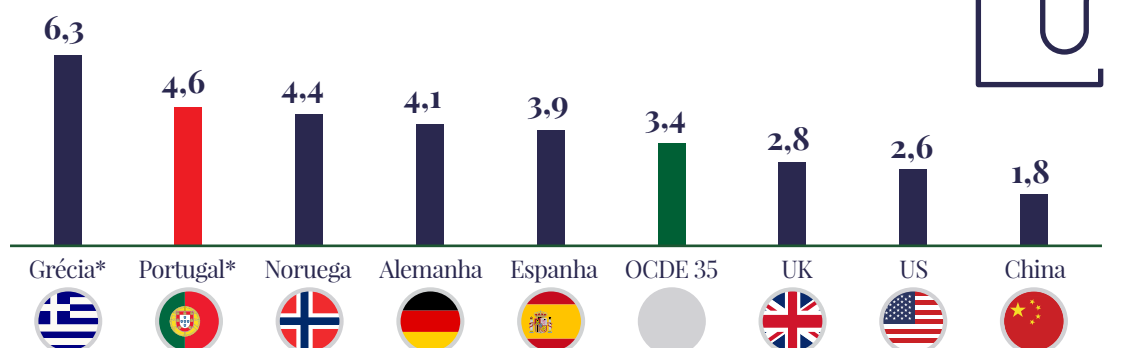
Evolução do número total de profissionais do SNS



Fonte: ACSS 2018

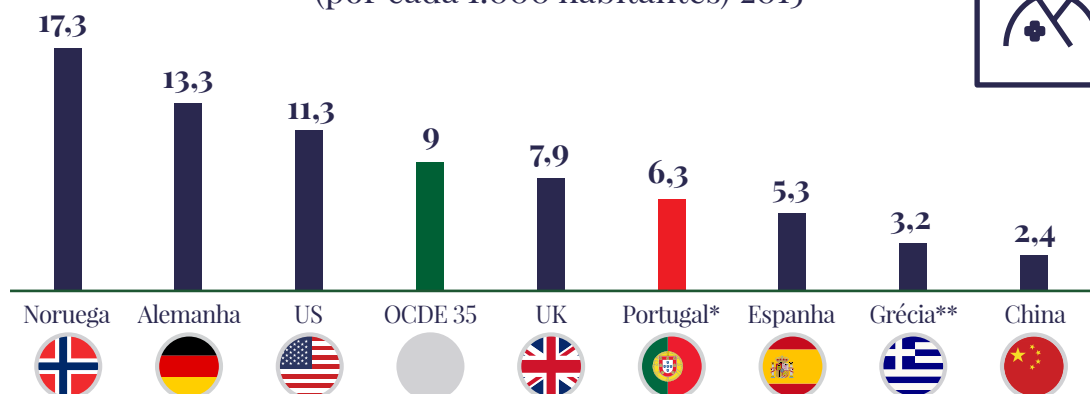
Nota: * Inclui Médicos Internos

Número de médicos ativos (por cada 1.000 habitantes) 2015



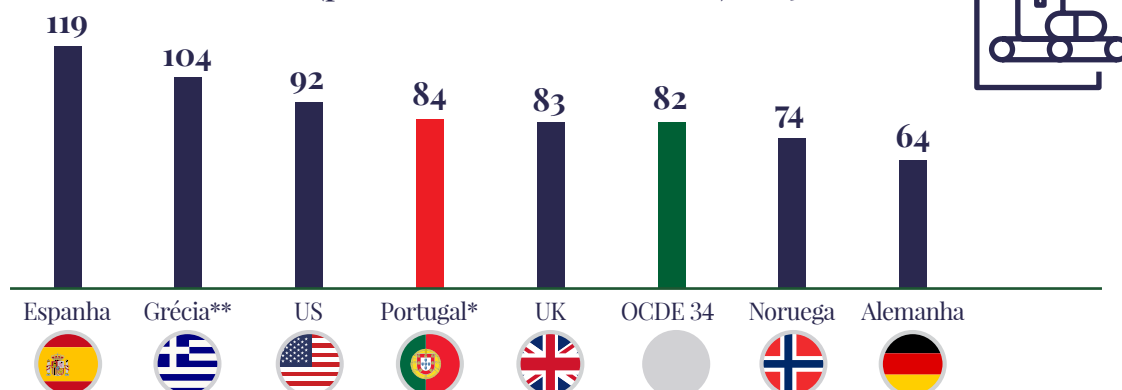
Fonte: OCDE, “Health at a glance 2017”, INE Nota: Referente a todos os médicos com licença, o que pode resultar numa sobrestimação

Número de enfermeiros ativos (por cada 1.000 habitantes) 2015



Fonte: OCDE, “Health at a glance 2017” Nota: *Referente a todos os enfermeiros incluindo os que não prestam cuidados diretos **Referente a enfermeiros empregados em hospital

Número de farmacêuticos ativos (por cada 1.000 habitantes) 2015



Fonte: OCDE, “Health at a glance 2017” Nota: *Referente a todos os farmacêuticos, incluindo os que não fornecem serviços diretos a pacientes

**Ideias
Força**

- › Redução do centralismo do sistema - planificação da formação e reforço das competências e autonomia das instituições;
- › Necessidade de ambiente e condições de trabalho adequadas;
- › Preparação das lideranças para os desafios do futuro;
- › Introduzir modelos regulatórios adaptados às profissões técnicas de saúde, nomeadamente dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica (TSDT).

1. Dotar o ensino pré-graduado dos instrumentos necessários para preparar os profissionais de saúde do futuro para atuarem num setor da saúde capaz de absorver os mais recentes avanços científicos, tecnológicos, de informação e comunicação;
2. Desenvolver Políticas Públicas de formação de recursos humanos na área da saúde, tendo em conta as necessidades e procura por parte dos cidadãos e os índices de empregabilidade;
3. Preservar e aprofundar a formação de excelência que o sistema de saúde, em particular o Serviço Nacional de Saúde, proporciona aos seus quadros, garantindo uma formação qualificada e contínua;
4. Envolver todos os profissionais de saúde nos processos e nas decisões, assegurando elevados padrões de qualidade no exercício das suas funções independentemente da estrutura em que atuem;
5. Desenvolver ambientes propícios para a interdisciplinaridade, garantindo a construção de equipas multidisciplinares estruturadas e a interligação eficiente entre equipas, nomeadamente entre os hospitais e os cuidados de saúde primários;
6. Reforçar a autonomia e as competências das administrações hospitalares e das direções dos Agrupamentos de Centros de Saúde, para permitir uma gestão mais ágil e eficiente;
7. Fomentar lideranças reconhecidas e respeitadas, capazes de incutir o espírito de equipa, a motivação e o desenvolvimento profissional. Preservar, nas lideranças técnicas, a salvaguarda das *leges artis*, da qualidade em saúde e das regras éticas e deontológicas. Isto só será possível através da qualificação criteriosa dos dirigentes em Saúde;
8. Implementar uma visão centrada na pessoa e apoiada na mais-valia dos recursos humanos através de uma governação clínica das instituições de Saúde.

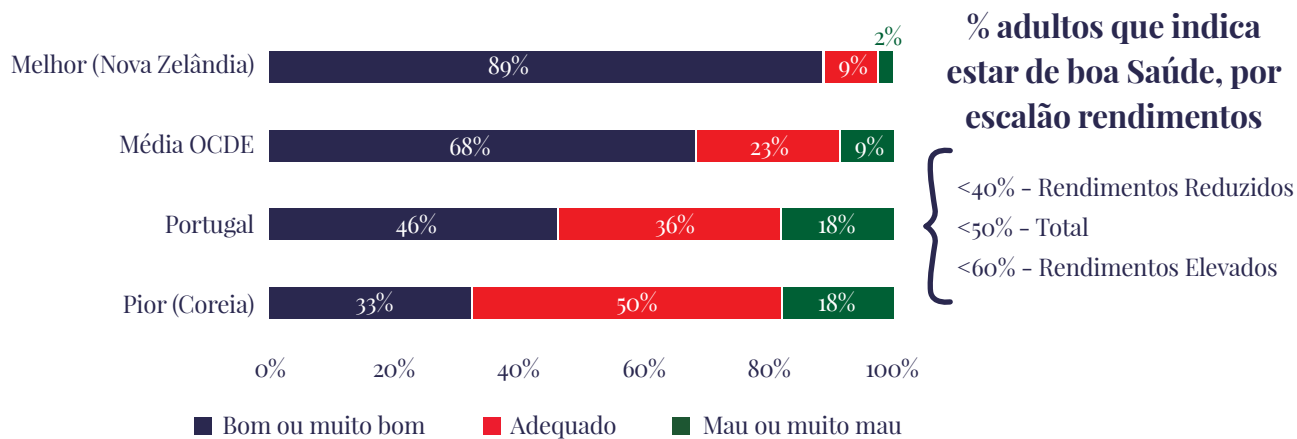
O Amanhã somos Nós



Informações chave

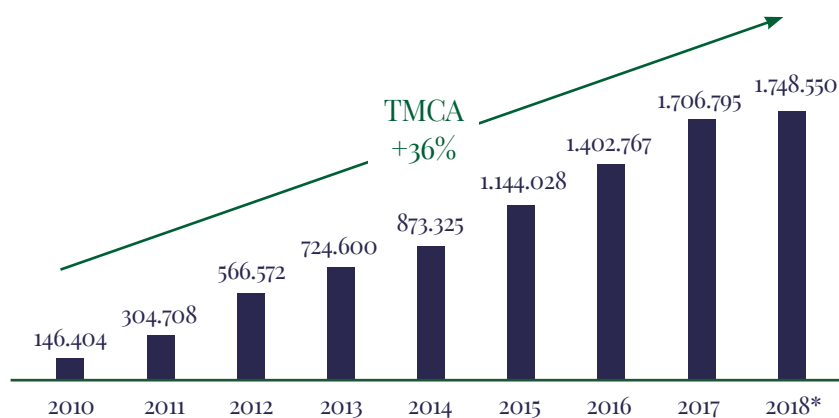
Perceção sobre estado de Saúde, Adultos

2015



Fonte: OCDE, “Health at a glance 2017”

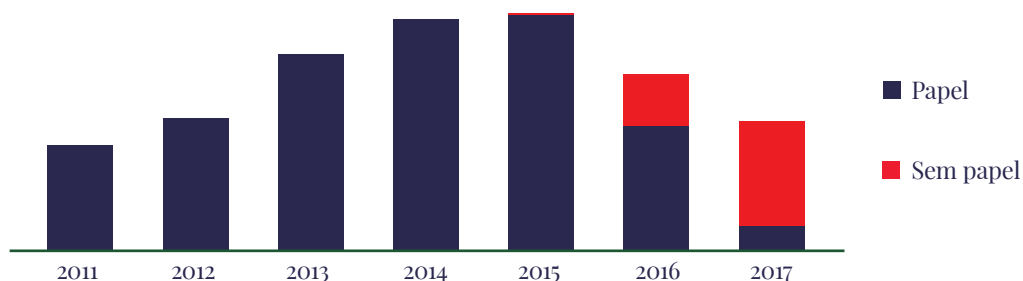
Utentes inscritos na área do cidadão no portal SNS



Fonte: SPMS; Ministério da Saúde, “Retrato da Saúde, Portugal” 2018

* Estimativa

Receitas prescritas no Serviço Nacional de Saúde (Milhões)



Fonte: SPMS; Ministério da Saúde, “Retrato da Saúde, Portugal” 2018
- Valores finais relativos a receitas em papel de 2016, 2017 em validação

Ideias Força

- › O sistema de Saúde deve estar centrado no cidadão e não na doença;
- › O digital revoluciona toda a Saúde e tem que haver estratégias de adaptação;
- › Novos produtos e serviços e mais tecnologia colocam ainda mais o doente no centro do sistema.

1. Incentivar a que o sistema de Saúde esteja centrado no cidadão e não na doença;
2. Reforçar a articulação entre níveis de prestação de cuidados – prioridade aos cuidados de saúde primários, ainda que o esforço comece na prevenção e na literacia, sabendo que as fronteiras são cada vez mais ténues e o objetivo principal são os ganhos de Saúde para o cidadão;
3. Fomentar ganhos em saúde através de investimento junto dos profissionais de saúde, bem como dos utentes, para a promoção de hábitos e comportamentos que previnam o aparecimento de doenças;
4. Investir na forma como os cuidados de saúde são prestados, adaptando-os à evolução das necessidades do utente;
5. Adaptar a formação dos profissionais de saúde às novas formas de prestação de cuidados de saúde, desde a inclusão de tecnologia à multidisciplinariedade da formação;
6. Promover a aplicação de instrumentos de Inteligência Artificial nas instituições de saúde;
7. Promoção da transição para a saúde digital – registo de saúde eletrónico, instituições sem papel, telemedicina, trabalho em rede, entre outras;
8. Articulação de meios pessoais e instantâneos de controlo e rastreio com instituições de saúde, salvaguardando a vontade e privacidade do cidadão;
9. Aumento da literacia digital em Saúde;
10. Redefinição do conceito de custo-efetividade e valor da inovação tendo em conta a medicina personalizada;
11. Melhorar a capacidade de acolhimento social de doentes em internamento prolongado por parte da sociedade, aliando-o a uma melhoria considerável do nível de prestação de cuidados continuados.





Mobilizados para a Agenda da Década

A Saúde é um bem de extraordinária importância para todos, para cada um de nós e para a sociedade como um todo.

Para além de cumprir uma função social de primeira importância, assegurando o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de qualidade e a custo adequado, o setor da saúde português tem uma relevância económica fundamental e uma capacidade impar de gerar valor e criar emprego.

As ciências da saúde assumem-se como um dos setores mais dinâmicos da economia, dos que incorporam maior conhecimento, tecnologia, valor acrescentado e capacidade de criar emprego qualificado em Portugal. Este setor é, em termos relativos, aquele que mais investigação concretiza, mais publicações científicas produz e mais projetos de I&D, apoiados pelos sistemas de incentivo, realiza;

O setor da Saúde representa cerca de **90 mil empresas**, quase **300 mil empregos**, mais de **27 mil milhões de euros de volume de negócios**, **8,7 mil milhões de euros de Valor Acrescentado Bruto (VAB)** e cerca de **1,4 mil milhões de euros de exportações**. É responsável por mais de **400 milhões de euros de Investimento em I&D**.

Seja qual for a perspetiva, o setor da Saúde é essencial para todos. Todos precisamos do setor da Saúde e o setor da Saúde tem um potencial enorme para o país. Tal como reiterado em várias intervenções, a Saúde não é um custo, é um investimento. A **Convenção Nacional da Saúde** pretende ser um contributo para este desafio.

Até há poucos anos atrás, o Sistema Nacional de Saúde, e a sua componente pública, o Serviço Nacional de Saúde, souberam responder aos novos desafios. Mas hoje há sinais claros da necessidade

de uma revisão profunda e da premência de adotar medidas que garantam um Sistema de Saúde geral e universal nos termos constitucionais, adequado às necessidades dos portugueses, eficiente, sustentável e participado, focado nos ganhos em Saúde para os cidadãos, com profissionais motivados e serviços de excelência.

Em Portugal, como em todo o mundo, os desafios do Sistema de Saúde são enormes. Assumir a prioridade de desenvolver um Sistema de Saúde que responda aos cidadãos de forma adequada e sustentável exige que se pense estrategicamente e que se atue tendo em vista o médio e longo prazo.

Esta foi a motivação de quantos aderiram e constituem a **Convenção Nacional da Saúde**. Todos em prol do Sistema de Saúde, numa iniciativa que contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e que, aliás, assumiu de viva voz a ideia inspiradora de congregar todos os *stakeholders* da Saúde. Mais do que interesses de setor ou ideias de corporação, soubemos colocar de parte as especificidades de cada agente e conseguimos definir uma agenda que nos une.

Provámos que, muito para além de diferentes opiniões e posicionamentos, é possível um amplo entendimento em relação a uma plataforma comum para o futuro da Saúde em Portugal.

A **Convenção Nacional da Saúde** não foi um evento ou um encontro fugaz. A **Convenção Nacional de Saúde** assume-se como uma plataforma de debate e um movimento em prol do sistema de saúde. Unimo-nos pela Saúde dos portugueses e, com este propósito, estamos unidos e atuantes para que a **Agenda para a Década** seja uma realidade.

A **Agenda para a Década** é muito mais do que um repositório de ideias e de propostas. É a base de uma visão de médio e longo prazo para o setor da Saúde e, acreditamos, para o desenvolvimento do país.

A **Convenção Nacional da Saúde** acredita que se os decisores políticos assumirem, tal como emana da sociedade civil que, para além das legítimas opções ideológicas, é possível termos um entendimento sobre os objetivos, então conseguiremos levar a bom porto os desafios da saúde.

O futuro do Sistema de Saúde é um desígnio nacional. A **Agenda para a Década** é o contributo que aqui deixamos, com o compromisso solene de, em todas as discussões, respeitarmos o princípio da prioridade da saúde em Portugal. Porque os portugueses merecem.





nacional
DA SAÚDE

A agenda da Saúde
para a próxima década

Saúde
Desafios para uma Década



Conselho Superior

- Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares (ADEB) | Luís Oliveira
- Associação de Diretores de Enfermagem (ADE) | José Ribeiro
- Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA) | Diogo Gouveia
- Associação de Farmácias de Portugal (AFP) | Manuela Pacheco
- Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos (GROQUIFAR) | Miguel Reis
- Associação Grupo de Apoio SOS Hepatites | Emília Rodrigues
- Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar (USF-AN) | João Rodrigues
- Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM) | Edgar Simões
- Associação Nacional de Farmácias (ANF) | Paulo Duarte
- Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública (ANMSP) | Ricardo Mexia
- Associação Oncológica do Alentejo (AOAL) | Isabel Pereira Lobato
- Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa e Doença de Crohn (APDI) | Fernanda Sampaio
- Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) | João Almeida Lopes
- Associação Portuguesa da Qualidade de Vida (APQV) | José Manuel Teixeira
- Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos (APORMED) | Antonieta Lucas
- Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) | Alexandre Lourenço
- Associação Portuguesa de Cirurgia Ambulatória (APCA) | Carlos Magalhães
- Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde (APEGSAUDE) | Carlos Tomás
- Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares (APFH) | Catarina Luz Oliveira
- Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) | Óscar Gaspar
- Associação Portuguesa de Importadores e Exportadores de Medicamentos (APIEM) | António Mendonça Alves
- Associação Portuguesa de Infecção Hospitalar (APIH) | Abraão Ribeiro
- Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF) | João Tiago Teixeira
- Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (APOGEN) | Paulo Lilaia
- Associação Portuguesa de Seguradores (APS) | José Galamba de Oliveira
- Associação Portuguesa dos Enfermeiros de Reabilitação (APER) | Maria Isabel Barbosa Ribeiro
- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) | Bruno Santos
- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar (APDH) | Carlos Pereira Alves
- Associação Protectora de Diabéticos de Portugal (APDP) | José Manuel Boavida
- Cáritas Portuguesa | Eugénio Fonseca
- Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais | Victor Manuel Romão Lourenço
- Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE | José Miguel Paiva e Costa
- Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE | Ana Escoval
- Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE | Carlos Martins
- Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE | Rita Perez Fernandez da Silva
- Centro Hospitalar de São João, Porto, EPE | António Oliveira e Silva
- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE | João Porfírio Oliveira
- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE | António Dias Alves
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE | Margarida Martins França

- Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE | Carlos Andrade Costa
- Centro Hospitalar do Oeste, EPE | Ana Paula Harfouche
- Centro Hospitalar do Porto, EPE | Paulo Barbosa
- Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE | Carlos Alberto Silva
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE | Fernando Regateiro
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE | Cílio Pereira Correia
- CIP - Confederação Empresarial de Portugal | António Saraiva
- Cruz Vermelha Portuguesa | Francisco George
- Europacolón Portugal - Apoio ao Doente com Cancro Digestivo | Vítor Neves
- Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde (FNS) | José Chaves
- Fórum Saúde para o Século XXI | Andrea Lima
- Fórum Tecnologias da Saúde (FTS) | João José Joaquim
- Fundação Portuguesa A Comunidade Contra a SIDA (FPCCSida) | Filomena Frazão de Aguiar
- Health Cluster Portugal - Pólo de Competitividade da Saúde | Salvador de Mello
- Hospital de Magalhães Lemos, EPE | António Leuschner
- Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca, EPE | Francisco João Velez Roxo
- Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE | Francisco Ramos
- Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE | Laranja Pontes
- Liga dos Bombeiros Portugueses | Jaime Marta Soares
- Mundo a Sorrir | Miguel Pavão
- Ordem dos Biólogos | José Matos
- Ordem dos Enfermeiros | Ana Rita Cavaco
- Ordem dos Farmacêuticos | Ana Paula Martins
- Ordem dos Médicos | Miguel Guimarães
- Ordem dos Médicos Dentistas | Orlando Monteiro da Silva
- Ordem dos Médicos Veterinários | Jorge Cid Gonçalves
- Ordem dos Nutricionistas | Alexandra Bento
- Ordem dos Psicólogos | Francisco Miranda Rodrigues
- Plataforma Saúde em Diálogo | Maria do Rosário Zincke dos Reis
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | Edmundo Martinho
- Santa Casa da Misericórdia do Porto | António Tavares
- Sociedade Portuguesa de Cirurgia | João Pimentel
- Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) | Alexandre Guedes da Silva
- Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI) | Luís Campos
- União das Misericórdias Portuguesas | Manuel Lemos
- União das Mutualidades Portuguesas | Luís Alberto Silva
- Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE | Isabel Coelho
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE | Vítor Herdeiro
- Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE | Carlos Vaz
- Valormed - Sociedade de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos | Luís Figueiredo

convenção
nacional
DA **SAÚDE**



convenção nacional DA SAÚDE

Agenda para a Década

Conselho Superior

